

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 14.08.2024

Actualização da legislação para libertar a nova força produtiva dos edifícios industriais

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na promoção da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, com a indústria de alta tecnologia a assumir um papel crucial, tornando-se gradualmente numa força importante para impulsionar a reconversão e valorização da economia de Macau. Para atrair mais empresas tecnológicas com potencial a estabelecerem-se em Macau, o Governo reforçou o apoio político e lançou o Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas, que visa, através da certificação oficial, proporcionar às empresas tecnológicas locais qualificadas um meio de crescimento e um apoio abrangente. Trata-se, sem dúvida, de uma medida que demonstra a determinação e o planeamento a longo prazo do Governo em relação ao desenvolvimento da indústria de alta tecnologia, o que merece o reconhecimento e o apoio de todos os sectores.

Porém, recentemente, várias empresas tecnológicas, que têm condições para se estabelecerem em Macau ou pretendem desenvolver novos negócios, afirmaram que, apesar de terem um grande potencial de inovação e boas perspectivas de desenvolvimento no mercado, não conseguem encontrar um local adequado para se instalarem, situação que é lamentável. Ora, o Decreto-Lei n.º 57/82/M e o Decreto-Lei n.º 37/89/M são os principais diplomas vigentes que regulam os edifícios industriais. As normas destes dois decretos-leis, que entraram em vigor há quase 40 anos e que nunca foram alvo de revisão substancial, foram definidas para regular os estabelecimentos industriais, comerciais e escritórios que empregavam as técnicas daquela época e, como as tecnologias avançam rapidamente, 40 anos é, sem dúvida, muito tempo, não nos esqueçamos de que os telemóveis usados na altura já passaram a ser acervo museológico há muito tempo.

Com a estratégia “1+4” do Governo, as indústrias de Macau são cada vez mais diversificadas, mas os diplomas actuais limitam a expansão das empresas, ignoram a optimização dos métodos de produção através da inovação tecnológica, e impedem a concretização do objectivo estratégico “1+4”.

Para satisfazer as necessidades reais, sem necessidade de demolir os edifícios industriais, e ir ao encontro do objectivo estratégico, com garantia da segurança na produção, só é preciso reordenar os decretos-lei existentes, sem necessidade de fazer revisão legislativa. Isto poupa muito dinheiro e tempo, e é crucial na aceleração da diversificação industrial e da actualização tecnológica.

Assim, proponho que o Governo acelere o ritmo de actualização dos referidos decretos-leis e, em colaboração com os serviços competentes, nomeadamente os da economia e tecnologia, obras públicas, bombeiros, saúde e assuntos municipais, proceda, em primeiro lugar, a uma revisão abrangente e sistemática do Decreto-Lei n.º 57/82/M (Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais) e do Decreto-Lei n.º 37/89/M (Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos

Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e de Serviços). Em seguida, há que definir os requisitos pormenorizados relativos à finalidade dos edifícios e aos tipos de finalidade dos solos, etc. Mediante a melhoria dos diplomas legais, é possível incorporar novos sectores à indústria na nova era e injectar uma nova vitalidade na diversificação industrial, resolvendo eficazmente as actuais dificuldades encontradas pelas empresas tecnológicas na escolha de estabelecimentos e aproveitando, atempadamente, os edifícios e estabelecimentos industriais existentes para o efeito.

Espero que, através de uma aplicação mais flexível e atempada do regime jurídico, seja criado mais espaço para o desenvolvimento de empresas tecnológicas locais, a par de pôr fim, activamente, à actual situação de difícil acesso ao mercado por parte dos investidores estrangeiros, em prol do desenvolvimento da indústria das tecnologias avançadas e sofisticadas, bem como da aceleração da concretização do objectivo do desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4” de Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 14.08.2024

Reforçar a publicidade e promover a aplicação bem-sucedida da Lei sindical, para surtir os devidos efeitos

Há dias, o Conselho Executivo concluiu a discussão do projecto do Regulamento Administrativo sobre a Regulamentação da Lei Sindical, que entrará em vigor em 31 de Março do próximo ano, juntamente com a “Lei Sindical”. Nos termos do artigo 52.º da “Lei Sindical”, a sua regulamentação complementar é definida pelo regulamento administrativo complementar. São regulamentadas por esse regulamento as seguintes matérias: os procedimentos para o registo do sindicato e da federação sindical; a comunicação sobre a nomeação dos titulares dos órgãos; os procedimentos para o requerimento da autorização de isenção; os procedimentos para a alteração do registo; os procedimentos para a comunicação e autorização prévia para a filiação e saída de organizações ou associações constituídas no exterior da RAEM, bem como para a participação e co-organização de actividades; e os procedimentos para o registo dos sindicatos e federações sindicais durante o período de transição. Assim, a publicação do projecto do Regulamento Administrativo contribui para desenvolver ainda mais as normas jurídicas da “Lei Sindical”.

Dado que a “Lei Sindical” é um regime completamente novo em Macau, é necessário tempo para que os diversos sectores da sociedade compreendam os diplomas legais e se adaptem ao modo de funcionamento dos sindicatos ao abrigo do novo regime. Para a Lei sindical surtir os devidos efeitos, gostaria de apresentar as seguintes quatro sugestões:

1. Proponho ao Governo que intensifique a publicidade e a explicação dos diplomas legais pertinentes da “Lei Sindical”, para melhorar o conhecimento e a compreensão desses diplomas legais por parte da sociedade, dos empregadores e dos empregados, promovendo a aplicação bem-sucedida dos diplomas legais pertinentes da referida lei.

2. O País lançou, sucessivamente, medidas benéficas para Macau, apoiando a região a integrar-se melhor no desenvolvimento nacional, prevendo-se que, no futuro, a ligação e a cooperação entre os sindicatos de Macau e as instituições do Interior da China sejam mais estreitas e frequentes. Espera-se que o Governo apoie fortemente a participação dos sindicatos, que amam a Pátria e Macau, no desenvolvimento e na construção do País, promovendo um bom cumprimento das suas funções e a integração de Macau no desenvolvimento nacional.

3. Para além da elaboração da “Lei Sindical”, é necessário continuar a aperfeiçoar os diplomas legais laborais; a garantir e a desenvolver, em tempo oportuno e nos termos da lei, os direitos e interesses laborais dos trabalhadores; e a garantir em todos os aspectos os direitos ao emprego, à remuneração do trabalho, ao descanso e férias, à segurança e saúde ocupacional, à formação técnico-profissional e à segurança social dos residentes.

4. O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) é uma plataforma importante de negociação e diálogo tripartido entre empregadores, trabalhadores e Governo, desempenhando um papel importante no tratamento e resolução de conflitos laborais, na

(Tradução)

conciliação das relações laborais, na promoção do desenvolvimento socioeconómico e na construção de uma sociedade harmoniosa. Propõe-se ao Governo que reforce a construção do CPCS, maximize as suas funções, intensifique a comunicação e a cooperação tripartida, e reduza ou evite os conflitos laborais, através do diálogo e da negociação, promovendo a harmonia e a estabilidade das relações laborais e salvaguardando, em conjunto, a harmonia social.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 14.08.2024

Criação de uma equipa de talentos locais para as futuras indústrias de Macau

Durante o processo de implementação da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4”, a sociedade de Macau tem-se empenhado na criação de uma equipa de quadros qualificados e na sua profissionalização e diversificação. Como fazer a articulação do planeamento da carreira profissional dos alunos, a optimização do sistema de formação profissional e a criação de uma reserva de talentos necessários para o novo desenvolvimento económico constituem temas importantes que merecem a nossa atenção.

Sugiro então o seguinte:

1. Optimizar a educação sobre o planeamento da carreira profissional e orientar o futuro desenvolvimento dos alunos.

O Governo deve reforçar ainda mais a educação sobre o planeamento da carreira profissional no sistema educativo das escolas, para os alunos poderem, desde o ensino primário ao secundário complementar, conhecer-se a si próprios, explorar os seus interesses e planear bem o seu futuro. Através da realização de actividades de experiência profissional, palestras com especialistas, *workshops*, actividades de planeamento da carreira profissional, etc., será possível permitir aos alunos conhecer profundamente o desenvolvimento e as tendências das novas indústrias, reforçando-se assim a cooperação entre as escolas e as empresas, com a criação de uma base de estágios na fase universitária, para promover um percurso linear entre o estudo e a carreira profissional.

2. Continuar a aperfeiçoar o Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho

O Governo tem vindo a prestar atenção às necessidades de emprego dos jovens, e continua a cooperar com as empresas locais no lançamento do Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho. Contudo, verifica-se, neste plano, uma tendência de redução do número de vagas e de admissões, 552 em 2021 para 219 este ano, portanto, a sua optimização para aumentar a atractividade constitui uma prioridade. Por exemplo, pode-se considerar o alargamento deste estágio às quatro novas indústrias da Zona de Cooperação Aprofundada, o aumento do subsídio de transporte, o ajustamento do estágio para a admissão dos alunos do 2.º a 3.º ano do ensino universitário, para que os jovens possam conhecer, mais cedo, o desenvolvimento e a situação dos vários sectores, com vista a assegurar que a sua experiência de estágio se adequa, em alto grau, ao futuro desenvolvimento da sua carreira profissional.

3. Reforçar a articulação com a Zona de Cooperação Aprofundada e aprofundar a cooperação em matéria de quadros qualificados.

Um dos posicionamentos importantes da Zona de Cooperação Aprofundada é criar um novo espaço que facilite a vida e o emprego das pessoas de Macau, pelo que devem ser aproveitadas plenamente as vantagens únicas desta Zona. Dentro do enquadramento da

estratégia de desenvolvimento diversificado “1+4” temos de nos empenhar nos trabalhos de articulação, simplificar os requisitos de acesso e os processos de acreditação profissional dos residentes de Macau no Interior da China, explorando, ao mesmo tempo, um mecanismo de certificação mútua de técnicas profissionais através de “um teste para a emissão de vários certificados” entre Guangdong e Macau, proporcionando mais facilidades aos residentes de Macau no acesso ao emprego e na criação de negócios no Interior da China, acelerando desta forma a integração dos quadros qualificados no desenvolvimento nacional.

Por último, no âmbito do processo de desenvolvimento da diversificação adequada da economia temos de continuar a garantir a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, bem como conjugar da melhor forma os postos de emprego, no sentido de concretizar a prosperidade e a estabilidade, a longo prazo, da economia de Macau. Há ainda que aperfeiçoar os programas de estágio, reforçar as acções de sensibilização, educação e orientação, aprofundar as medidas de cooperação com a Zona de Cooperação Aprofundada, entre outras medidas, no sentido de aumentar constantemente a reserva, a competitividade e a adaptabilidade dos quadros qualificados locais, injectando uma nova força motriz na nova conjuntura de desenvolvimento de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 14.08.2024

Aumentar os recursos educativos, para reduzir a pressão dos docentes, e prestar atenção ao desenvolvimento dos alunos

Está prestes a começar o novo ano lectivo, e vai ser implementado o “Regime do desenvolvimento profissional do pessoal docente do ensino não superior”, que visa promover o crescimento profissional dos docentes. De facto, ao longo dos anos, o Governo tem investido muitos recursos e tem-se empenhado, em conjunto com as escolas e os docentes, na melhoria contínua da qualidade do ensino, para proporcionar aos alunos um melhor ambiente de aprendizagem e crescimento. Nos últimos anos, a pressão dos docentes não tem parado de aumentar, pois estes têm de assumir tarefas pesadas, pedagógicas e não pedagógicas, e ainda administrativas, portanto, as autoridades devem prestar atenção a esta pressão e ainda aproveitar a oportunidade da elaboração do orçamento financeiro para o próximo ano para estudar o reforço dos recursos educativos, melhorar, de forma contínua, a distribuição do pessoal, o ambiente de ensino, etc.

Existe um regime de “dispensa da componente lectiva” para os docentes, ou seja, a componente lectiva pode ser reduzida quando o docente desempenha funções não pedagógicas, mas isto não significa que o docente está menos ocupado. As exigências e as expectativas em relação aos docentes estão mais elevadas, por exemplo, com a inclusão no “Quadro Curricular” da inteligência artificial e programação, etc. os professores precisam de tempo para se adaptarem, e ainda têm de participar em diferentes acções de formação e investigação, para melhorar a qualidade do ensino. Entretanto, também têm de acompanhar os problemas dos alunos no crescimento. Muitas escolas e professores proporcionam aos alunos actividades e projectos pedagógicos mais diversificados, e também reforçam a comunicação entre a família e a escola, para salvaguardar o crescimento saudável dos alunos, por isso, muitos docentes, depois de saírem da escola, ainda têm, de assumir os respectivos trabalhos de acompanhamento, e tudo isto é, efectivamente, uma pressão para os docentes.

É de salientar que a criação de um bom ambiente de aprendizagem e crescimento para os alunos exige esforços do Governo, das escolas, do pessoal docente e da sociedade, e ainda investimento adequado em recursos educativos, que é bastante importante para aliviar a pressão dos docentes e elevar o ambiente e a qualidade do ensino. Assim sendo, proponho o seguinte:

1. O Governo deve aumentar os subsídios para a escolaridade gratuita, apoiando as escolas na contratação de mais pessoal e na optimização do rácio turma/professor. Atendendo a que são elevados o número de aulas, o aconselhamento aos alunos, as actividades não pedagógicas e outras tarefas administrativas, espera-se que, na elaboração do orçamento para o próximo ano, o Governo disponibilize mais recursos para as escolas contratarem pessoal adequado, para aliviar a dificuldade em encontrar emprego por parte dos licenciados em educação. O Governo deve prestar atenção à pressão dos docentes e rever o regime de dispensa de aulas, com vista a uma distribuição mais racional do trabalho dos docentes.

2. Aumentar o número de profissionais. Segundo o Governo, as escolas podem recorrer ao Plano de Financiamento para o Desenvolvimento das Escolas para contratar profissionais e criar equipas de aconselhamento, para apoiar o trabalho dos professores. Devido às mudanças sociais, os alunos têm problemas de crescimento e saúde psicológica que carecem de cuidado, portanto, os profissionais, como os agentes de aconselhamento, têm uma tarefa muito mais pesada. O Governo deve reforçar os recursos, para as escolas poderem desenvolver mais planos sobre a educação diversificada e a saúde mental dos alunos, em prol do seu crescimento.

3. Melhorar as formalidades administrativas de requerimento de recursos públicos. Com base no princípio da boa aplicação do erário público, a concessão dos recursos educativos tem sido mais rigorosa, pois foram introduzidos mais meios de fiscalização. As escolas têm de reunir os requisitos, fazer os registos, e fornecer informações, e formalidades complexas resultam em mais trabalho. Segundo o Governo, no próximo ano lectivo, o “Plano de Financiamento para o Desenvolvimento das Escolas” vai ser melhorado e o processo de apreciação e autorização vai ser mais rápido. Espero que os procedimentos administrativos melhorem efectivamente e que, aquando da fiscalização dos recursos, se evitem procedimentos desnecessários e complicados, para reduzir o volume de trabalho dos docentes.

4. Para finalizar, o Quadro geral das escolas particulares entrou em vigor há 12 anos, e constitui garantia institucional para a preparação dos docentes. O Governo deve efectuar uma revisão e criar um mecanismo completo de protecção dos docentes na reforma e assistência médica, para elevar o nível dos docentes, e deve ainda prestar atenção às suas regalias e apoiá-los, em prol do desenvolvimento do ensino não superior.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 14.08.2024

Medidas para reduzir a pressão do trabalho dos profissionais de saúde

Com o aumento gradual da procura de cuidados de saúde e o agravamento do envelhecimento da população, apesar do aumento, nos últimos anos, do número de médicos e enfermeiros em Macau, continua a existir o problema da falta de médicos no sector público e os profissionais de saúde da linha da frente estão sob grande pressão, o que afecta directamente a sua vida e saúde e, ao mesmo tempo, afecta a qualidade dos serviços de saúde prestados ao público. Perante esta situação, devemos formar profissionais de saúde especializados, ajustar a estratégia de distribuição de recursos médicos, e promover a cooperação entre as instituições médicas públicas, privadas e sem fins lucrativos, a fim de assegurar um sistema de saúde mais equilibrado e eficiente.

Segundo alguns profissionais de saúde, trabalhar nos centros de saúde e nas consultas externas diferenciadas provoca uma grande pressão, pois faltam médicos especialistas e têm de fazer horas extraordinárias. Segundo um relatório de 2011 do Comissariado de Auditoria, entre 2020 e 2025, vão aposentar-se mais de 120 médicos especialistas, e vai haver uma vaga de aposentações em 2026. Mas são necessários cerca de sete anos para formar um médico especialista e, com a formação de 160 médicos especialistas na Academia Médica no ano passado, segundo o Governo, o número de médicos especialistas aumentou nos últimos anos, mas neste momento ainda não é possível satisfazer as necessidades reais.

Assim, sugiro que se optimizem as condições de recontração, para atrair médicos especialistas aposentados para a prestação de cuidados de saúde, e se aprenda com as experiências obtidas com o programa de “formação pré-ingresso de médicos especialistas”, realizado em colaboração com o “Peking Union Medical College Hospital”, para alargar os canais de formação de médicos especialistas e aumentar, assim, o número destes profissionais. Além disso, anualmente, há mais de 150 pessoas de Macau que concluem a licenciatura em medicina no exterior, mas as vagas de estágio concentram-se no sistema de saúde público e, nos últimos dois anos, só 99 a 115 pessoas foram colocadas em estágio. Ou seja, as vagas para estágio não são suficientes para dar resposta às necessidades dos licenciados em medicina, pelo que exorto o Governo a lançar medidas para aumentar o número.

Mais, os Serviços de Saúde, através da atribuição de apoio financeiro às instituições médicas sem fins lucrativos, disponibilizam vagas de consulta externa a determinados grupos de pessoas, aliviando, de certo modo, a pressão sobre os cuidados de saúde públicos. Segundo os dados do Governo, em 2023, registaram-se 5,74 milhões de atendimentos nas consultas externas dos hospitais e nos estabelecimentos de cuidados de saúde primários, sendo que o Governo financiou e comprou cerca de 807 mil serviços médicos a instituições médicas sem fins lucrativos. Mas, nos últimos anos, muitas pessoas

disseram-me que as vagas se esgotaram mais cedo do que devia ser, o que demonstra que a procura de cuidados de saúde em Macau está a aumentar.

No ano passado, apresentei, na Assembleia Legislativa, uma proposta sobre as quotas subsidiadas para as consultas externas e, segundo a resposta do Governo, isto implica um plano anual de apoio financeiro elaborado nos termos da lei, por isso, aquele só tem condições para ajustar o número de quotas aquando da elaboração do novo plano no início de cada ano. O Plano de Acção para Macau Saudável, recentemente divulgado pelos Serviços de Saúde, define o rumo a seguir na política de saúde para os próximos cinco anos, incluindo a “mudança de paradigma” e a “descentralização de recursos”, com o objectivo de antecipar a intervenção para a prevenção de doenças, reforçar a participação das instituições médicas privadas nos bairros comunitários e construir uma rede de cuidados de saúde comunitária mais aperfeiçoada, de modo a otimizar o sistema de cuidados de saúde e promover a cooperação estreita entre as especialidades médicas do hospital e os cuidados de saúde comunitários.

Assim, solicito ao Governo que reveja constantemente as necessidades médicas resultantes do envelhecimento da população, optimize a distribuição de recursos médicos para uma “melhor prevenção” e aumente as quotas subsidiadas para as consultas externas nos bairros comunitários, para os cuidados de saúde comunitários reunirem condições para assegurar a saúde dos residentes, evitando que as pequenas doenças passem a doenças crónicas, e aliviando a pressão do pessoal médico no sector público.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 14.08.2024

Na 33.^a edição dos Jogos Olímpicos de Verão em Paris, a delegação desportiva da China conseguiu o melhor resultado de sempre em Jogos Olímpicos, com a conquista de 40 medalhas de ouro, 27 de prata e 24 de bronze, o que constitui um grande estímulo para o povo de todo o país, incluindo os compatriotas de Macau. Quero aproveitar a oportunidade para felicitar todos os atletas medalhados. Após o retorno à Pátria, com o carinho e o apoio do País, os atletas olímpicos nacionais de elite têm-se deslocado até Macau após os Jogos Olímpicos, para uma visita de intercâmbio com a população, e espero que este ano aconteça o mesmo.

Durante a competição, os atletas olímpicos nacionais deram glória ao seu país, dedicaram-se com altruísmo e lutaram com tenacidade, demonstrando o espírito desportivo e olímpico da China. A energia positiva que trazem pode dinamizar todo o ambiente social, levando à união de todos e reforçando a cooperação e os esforços na luta pelo País e por Macau. Mais, o espírito de luta dos atletas olímpicos nacionais pode também estimular os jovens a participarem em mais actividades desportivas, a criarem uma filosofia de vida e valores correctos, a aprenderem a ser fortes e a enfrentarem os desafios e as dificuldades da vida sem nunca desistirem.

A visita dos atletas olímpicos nacionais a Macau também vai contribuir para o desenvolvimento do desporto local. Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na promoção de eventos culturais e desportivos e na transformação de Macau numa “Cidade do Desporto”, e os atletas de Macau obtiveram excelentes resultados em diversos eventos desportivos de grande envergadura, dando glória a Macau, aumentando a atenção da sociedade para o desporto. Na visita a Macau, os atletas olímpicos vão contactar com atletas e treinadores locais, e partilhar as suas experiências em competições e treinos, reforçando a amizade e contribuindo para a promoção do desenvolvimento do desporto. Mais, como este ano se assinala o 25.^o aniversário do retorno de Macau à Pátria, e o Governo está a apostar na preparação da 15.^a edição dos Jogos Nacionais, co-organizados por Guangdong, Hong Kong e Macau no próximo ano, a visita dos atletas olímpicos terá um significado ainda maior.

A visita da delegação de atletas nacionais de elite dos Jogos Olímpicos vai incentivar a população a praticar desporto e promover o desenvolvimento do desporto de Macau, sendo também uma aula viva de educação patriótica. O desporto une esforços e pessoas. Conhecer e aprender com as experiências dos atletas olímpicos que lutaram pelo País e pelo seu sonho permite que os cidadãos fiquem a conhecer melhor o desenvolvimento desportivo do País e reforcem a sua identidade, orgulho nacionais e sentimento patriótico, em prol da divulgação dos valores predominantes de amor à Pátria e a Macau na sociedade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 14.08.2024

Coordenar e concretizar a cooperação entre o Governo e as empresas sociais, no sentido de criar, em conjunto, um bom ambiente para a procriação

Os Serviços de Estatística e Censos divulgaram recentemente as estatísticas demográficas do primeiro semestre de 2024, segundo as quais, o número de recém-nascidos atingiu 1709, menos 198 em comparação com o período homólogo do ano passado. Segundo os dados dos Serviços de Saúde, no primeiro semestre deste ano, registou-se um aumento no número de pessoas que fizeram a primeira marcação para o exame de maternidade, prevendo-se um ligeiro aumento na taxa de natalidade no segundo semestre. No entanto, devido à redução no primeiro semestre, mesmo com o aumento no segundo semestre, é evidente que o efeito de “bebés-dragão” não produziu efeitos para aumentar a vontade de procriação dos residentes.

A permanente baixa taxa de natalidade constitui um grande desafio para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Do ponto de vista da economia e da mão-de-obra, nos últimos anos, o ambiente e a estrutura de muitos sectores têm-se alterado. Por exemplo, as escolas, as creches e as instituições de apoio pedagógico complementar, etc. sofrem pressões na admissão de alunos, afectando a estabilidade dos respectivos postos de trabalho e, a longo prazo, o mercado de recursos humanos de vários ramos de actividade. No ano passado, a população idosa de Macau ultrapassou, pela primeira vez, a de crianças e jovens, e o rácio de dependência dos idosos locais é de 24,8 por cento, o equivalente a cerca de quatro adultos a criar um idoso. Se, atempadamente, não se conseguir acabar com a queda da taxa de natalidade, com o passar do tempo, os residentes vão sentir cada vez mais pressão para cuidar dos idosos, o que vai dificultar a promoção de um ambiente de procriação, resultando na redução demográfica.

De facto, a queda da taxa de natalidade deve-se a vários factores, desde a mudança da mentalidade sobre o casamento e a procriação, até à pressão económica ou a problemas de saúde física e mental, que podem levar os residentes a hesitar ou até mesmo a resistir em ter filhos. Mas este problema não é exclusivo de Macau, porque muitos países, incluindo o nosso, estão a envidar esforços, através de diversas formas, para incentivar a natalidade. Na 3.ª sessão plenária do 20.º Comité Central, foi tomada a decisão - “devemos completar o sistema de políticas de assistência e o mecanismo de incentivo à natalidade e à criação de filhos, promovendo a construção de uma sociedade amigável com a natalidade e a criação dos filhos”. Assim, os sectores da sociedade esperam que o Governo da RAEM apresente uma proposta para o próximo passo; e, depois de consultar as experiências do Interior da China e do exterior, coordene e concretize o que foi referido nas LAG, isto é, “serão aumentadas as medidas de incentivo para, em conjunto com todos os sectores sociais, criar um ambiente favorável à natalidade”.

De facto, a construção de uma sociedade amigável à natalidade e à criação dos filhos, envolve vários aspectos, como a economia, a prestação de cuidados, a habitação, os cuidados de saúde, etc., não podendo ser alcançada num único passo. Assim, na minha opinião, o Governo deve recorrer a planos de curto, médio e longo prazos para criar, gradualmente, um sistema de apoio à natalidade. A curto prazo, deve recorrer à atribuição de subsídios sem ser através da via legislativa e à adopção de medidas administrativas, para a sua implementação rápida, por exemplo, tomando como referência as experiências do Interior da China e do estrangeiro, atribuir prémios e subsídios, para incentivo à natalidade e à criação dos filhos, aos pais que tenham filhos recém-nascidos e crianças; apoiar as empresas na adopção de medidas favoráveis à família adicionais para os seus trabalhadores, por exemplo, através de financiamento, subsídios e louvores, incentivando-as a oferecerem benefícios mais favoráveis do que as medidas amigas da família previstas na lei vigente. Mesmo que estes subsídios não sejam a principal medida de incentivo à natalidade, podem servir como um importante incentivo, não só para o actual ambiente económico e comercial, mas também para a criação de um ambiente social favorável às partes laboral e patronal, aquando da revisão das respectivas leis.

A médio e longo prazo, há que criar um grupo especializado para coordenar a política demográfica e de natalidade, definir o número objectivo da população, e estudar a introdução de talentos ou o regime de imigração para atrair estrangeiros. Com base nos referidos subsídios e apoios, há que criar gradualmente, através de meios legais, um sistema completo de políticas de apoio e incentivo à natalidade. Há que aperfeiçoar o actual mecanismo de protecção do Fundo de Segurança Social, para criar um modelo de actualização de benefícios de casamento e de procriação mais científico e prático. Há que disponibilizar os serviços familiares e rever a Lei das relações de trabalho, no sentido de aumentar as licenças de maternidade remunerada, de paternidade e de amamentação, bem como aumentar o montante da indemnização às grávidas e recém-mães por despedimento sem justa causa. Quanto à habitação, há que rever o actual regime de habitação pública, para permitir a “troca de fracção” em caso de aumento da família. Isto, para melhorar as condições de habitação e dar mais apoio, garantia e incentivo, em prol de um ambiente mais amigável para a procriação, através da cooperação entre o Governo, a sociedade e as empresas.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 14.08.2024

Aproveitar o desenvolvimento da inteligência artificial para aumentar a competitividade de Macau

A inteligência artificial (IA) está em fase de rápido desenvolvimento no mundo, e muitos países e regiões estão a investir no seu desenvolvimento e aplicação. Segundo o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, “A inteligência artificial é uma força motriz importante para uma nova revolução tecnológica e transformação industrial”. O “Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia da RAEM (2024-2028)” prevê, em primeiro lugar, o desenvolvimento do “Turismo+Tecnologia” e o apoio às operadoras de turismo na prestação de serviços e experiências personalizados através da inteligência artificial; e em segundo lugar, o desenvolvimento da investigação científica para favorecer o desenvolvimento das indústrias prioritárias de Macau e o alargamento da indústria das tecnologias digitais sob a cooperação indústria-universidade-investigação.

Em Macau, a inteligência artificial está ainda numa fase inicial, até ao momento, ainda não foi desenvolvido nenhum *software* de inteligência artificial localmente, portanto, os utilizadores usam a versão gratuita do ChatGPT. No entanto, no Interior da China já surgiram produtos de inteligência artificial desenvolvidos autonomamente, tais como “Ernie Bot” e “Qwen”, entre outros. Nos últimos anos, os Serviços de Economia têm colaborado activamente na estratégia de desenvolvimento diversificado “1+4”, para promover o desenvolvimento da inteligência artificial em Macau. Em Maio passado, 24 empresas tecnológicas locais receberam o certificado do Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas, entre as quais empresas da área da inteligência artificial.

Macau é pequena, mas, na sua integração no desenvolvimento da Grande Baía, deve aproveitar as suas vantagens políticas, ou seja, ser um porto franco, um local de baixa tributação, e ser atractivo para o capital internacional. Os custos da mão-de-obra são elevados, mas se conseguirmos substituir parte desta por inteligência artificial, será possível reduzir os custos operacionais. Sendo Macau uma cidade turística, o sector do turismo pode recorrer à inteligência artificial, utilizando robôs no serviço aos clientes, oferecendo serviços turísticos de melhor qualidade. Por exemplo, os robôs podem fornecer serviços ininterruptos durante 24 horas por dia, respondendo rapidamente às necessidades dos clientes, e também podem fornecer serviços de tradução para várias línguas, ajudando os trabalhadores a comunicar melhor com os turistas de todo o mundo e, assim, aumentar a produtividade. Os outros sectores, incluindo a restauração, podem usar equipamentos inteligentes, tais como frigideiras em forma de rolo, e recorrer aos robôs para fazer desenhos nos cafés. Nos serviços de administração, manutenção e limpeza de propriedades, a inteligência artificial e os robôs podem reduzir drasticamente os recursos humanos. Por exemplo, já há robôs especializados em limpeza de casas-de-banho, portanto, podem substituir totalmente os trabalhadores da limpeza. Mais, os métodos tradicionais de segurança das propriedades são geralmente limitados no tempo e no espaço, o que dificulta a sua cobertura total, portanto,

no que respeita à segurança e vigilância inteligentes, podemos recorrer à tecnologia de reconhecimento facial e de identificação de comportamentos, que permite o controlo em tempo real das pessoas que entram e saem dos edifícios, aliás, até já há uma função de alerta para a polícia, o que não só reduz a intensidade de trabalho do pessoal de segurança, como também permite aumentar significativamente os níveis de segurança e eficácia dos trabalhos de gestão. Em Hong Kong, já há instituições a desenvolver “plataformas inteligentes de levantamento e separação de mercadorias”, ou seja, “robôs para a recolha de mercadorias”, que estão a ser utilizados nas lojas de conveniência para recolher e reabastecer produtos, e o tempo máximo de processamento é de 3 a 5 segundos por produto. A velocidade é um pouco mais lenta em comparação com a da mão-de-obra humana, mas o mais importante é que as pessoas não podem trabalhar muito tempo sem parar, e esta plataforma pode funcionar 24 horas por dia sem qualquer problema e sem qualquer redução do rigor no trabalho. Portanto, há que utilizar mais equipamentos inteligentes, para elevar a aplicação das tecnologias inteligentes e valorizar os trabalhadores locais.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Prestar forte apoio à investigação e ao desenvolvimento da inteligência artificial, inclusivamente benefícios fiscais e subsídios para a investigação e desenvolvimento, no sentido de incentivar as empresas, instituições do ensino superior e organizações da área da investigação a dedicarem-se à investigação e ao desenvolvimento da inteligência artificial e a inovarem e desenvolverem sistemas aplicativos autónomos e controláveis. Há que criar recursos abertos de dados que incluam também os dados públicos, assim como avançadas infra-estruturas de dados dotadas de interconexão e computação com baixa latência.

2. Promover a utilização da inteligência artificial por mais PME e microempresas, pois esta assume também o papel importante de acelerar o desenvolvimento duma nova força produtiva com qualidade. Organizar mais eventos, como o “Plano de apoio financeiro para a eletrónica das operações nos bastidores do sector da restauração”, “Sessão de partilha sobre planos de valorização inteligente do sector de restauração de Macau”, etc., para as PME e microempresas terem mais contactos e ficarem a par das tecnologias inteligentes mais actualizadas.

3. Avançar com os trabalhos legislativos sobre a inteligência artificial. Criar diplomas sobre diversas vertentes essenciais, tais como a segurança dos dados, fuga dos dados de privacidade, confiabilidade, propriedade intelectual, etc., um trabalho que o Interior da China já desenvolveu bastante, a saber: Metodologia provisória para a gestão dos serviços da inteligência artificial generativa, que clarifica, em relação à prestação e utilização destes serviços, o dever de cumprir a legislação e de respeitar a ordem pública e os bons costumes, a fim de evitar o abuso das tecnologias de inteligência artificial generativa e a violação de direitos, aumentando a confiabilidade e a regularidade subjacentes à generalização da inteligência artificial.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 14.08.2024

Melhoria das políticas e planeamento institucional em prol da implementação das bases para o desenvolvimento da educação de alta qualidade na nova era

“Promover a prosperidade através da educação e construir Macau mediante a formação de talentos” têm sido a essência da acção governativa da RAEM. Com o objectivo do país acelerar o desenvolvimento do novo modelo de produtividade com qualidade e de Macau estabelecer a estratégia de desenvolvimento diversificado “1+4”, os resultados da formação de talentos locais tornar-se-ão certamente a chave para a integração de Macau no desenvolvimento nacional e para o seu futuro desenvolvimento económico e industrial. Tendo em conta que a educação é a base do desenvolvimento social e a formação de talentos, o aumento estável e contínuo do investimento em recursos educativos e o desenvolvimento da educação de alta qualidade constituem as pedras angulares indispensáveis para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

No seu importante discurso sobre a educação, proferido em Abril deste ano, o Presidente Xi Jinping sublinhou que a educação é a chave do sucesso de uma nação e o fundamento da sua força, e que a construção de uma nação com base na prática educativa é uma tarefa de todo o Partido e da sociedade. Desde o retorno à mãe-pátria, Macau tem continuado a promover uma série de políticas de reforma educativa para melhorar a sua qualidade. A este respeito, o apoio ao nível jurídico contribuiu para salvaguarda da equidade e da qualidade da educação, para além do desenvolvimento socioeconómico de Macau. Neste momento importante dos 75 anos da fundação do nosso país e do 25.º aniversário do retorno de Macau à mãe-pátria, é igualmente necessário aprofundar e melhorar as políticas educativas de Macau para estas se articularem melhor com o desenvolvimento nacional.

Para promover o desenvolvimento da educação de alta qualidade de Macau e a formação das novas gerações, gostaria de apresentar as três sugestões seguintes:

1. Criar um mecanismo permanente para o aumento do investimento na educação. No “Quadro de Acção para a Educação 2030”, a UNESCO apresentou dois *benchmarks* financeiros, apelando aos países e regiões para alocarem, pelo menos, 4 a 6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) ou, pelo menos, 15 a 20 por cento dos gastos públicos em educação, o que demonstra a importância do investimento em recursos educativos para a promoção de um ensino de qualidade. Sugiro o Governo que, tendo em conta as necessidades do futuro planeamento e desenvolvimento da formação de talentos, defina os critérios aplicáveis aos recursos educativos, para assegurar o investimento estável e o aumento razoável dos mesmos, demonstrando o apoio e o planeamento científico do Governo da RAEM em relação à equidade educativa e ao desenvolvimento de alta qualidade da educação.

2. Melhorar as condições de candidatura ao Fundo Educativo. O Governo afirmou, recentemente, que o Fundo Educativo, que inclui o Plano de Financiamento para o

Desenvolvimento das Escolas, tem por objectivo incentivar as escolas com poucos recursos a candidatarem-se e, assim, promover o desenvolvimento equilibrado das mesmas e elevar a qualidade educativa e as condições de ensino em geral. No entanto, os encargos administrativos resultantes da candidatura ao Fundo Educativo tornam-se obstáculos e restrições reais por parte das escolas mais pequenas, sendo difícil concretizar e demonstrar o objectivo e a intenção original da criação do Fundo Educativo. Espero que os serviços competentes procedam à simplificação das diversas fases e formalidades do Fundo Educativo, para reduzir a pressão sobre docentes em trabalhos administrativos e maximizar as funções do respectivo Fundo, de forma a subsidiar as escolas privadas locais sem fins lucrativos na elevação contínua da qualidade de ensino, a fim de apoiarem e promoverem, em conjunto, o conceito de desenvolvimento educativo de qualidade.

3. Rever e ajustar, em tempo oportuno, os regimes, em articulação com as necessidades da reforma educativa. Com o início do novo ano lectivo, em Setembro deste ano, vão ser implementados vários novos regimes e exigências na área da educação, portanto, sugiro ao Governo que aproveite a oportunidade da reforma educativa para estudar e definir mais medidas para apoiar as escolas na organização, de forma ordenada, de cursos com características próprias, promover o desenvolvimento de alta qualidade do ensino nas escolas locais, organizar, em simultâneo, com professores experientes, trabalhos de investigação pedagógica sobre o ensino não superior e aumentar, de forma razoável, a proporção do pessoal técnico das escolas. A longo prazo, aquando da implementação do novo "Quadro curricular" e do ajustamento das "Competências académicas básicas", o Governo deve promover um modelo de ensino mais diversificado e adequado às necessidades curriculares, aumentar a proporção da "dispensa da componente lectiva" dos docentes, ou calcular, de forma mais flexível, a carga horária efectiva dos docentes, para que as escolas tenham mais condições para responder às necessidades práticas do Governo na promoção da reforma educativa.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 14.08.2024

Apelo para prolongar a política do pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital ou melhorar as formas de reembolso para ajudar os residentes a ultrapassarem as dificuldades

Senhor Presidente,

Caros colegas,

Boa tarde!

Em 2020, o Governo lançou a política do “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital” para aliviar a pressão dos residentes devido às prestações mensais, reduzindo os impactos resultantes da pandemia. Esta política vai terminar em finais deste ano. Na sociedade, há expectativas de o Governo dialogar com o sector bancário para reapreciar o prazo da aplicação desta política ou de definir formas mais humanizadas de reembolso a curto prazo, a fim de ganhar tempo para os residentes e PME que ainda não conseguiram recuperar, ajudando-os a ultrapassar as dificuldades do seu dia-a-dia e de negócio.

Segundo vários residentes e PME, devido ao impacto da pandemia, nos últimos quatro anos, houve graves dificuldades no tocante ao negócio das empresas e aos rendimentos e despesas das famílias. Felizmente, o Governo e o sector bancário lançaram, atempadamente, a medida em causa, que lhes permitiu aguentar até ao momento. Pensavam que, depois de retiradas as restrições para as passagens fronteiriças no ano passado, as empresas podiam recuperar, gradualmente, o normal negócio, passando dos prejuízos para os lucros. Mas, apesar de o número de turistas já ter atingido, mais ou menos, o registado antes da pandemia, as PME nos bairros comunitários não ficaram beneficiadas, pois continuam a tentar encontrar uma saída nesta conjuntura adversa.

Quanto ao reembolso dos empréstimos hipotecários para habitação (EHH) e dos empréstimos comerciais, devido à existência de factores incertos na recuperação económica, a situação financeira das micro e PME e de alguns cidadãos não conseguiu recuperar para o nível anterior à epidemia num curto espaço de tempo. Os mesmos afirmaram que o “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital” aliviou a sua pressão de vida e de exploração, mas que, se as respectivas políticas não forem prorrogadas no próximo ano, irão enfrentar dificuldades no reembolso dos empréstimos, esperando que o sector bancário evite um “corte radical” nas políticas, voltando ao “pagamento de juros e capital”. Segundo os respectivos dados, no final de Junho deste ano, o rácio das dívidas não pagas dos EHH manteve-se em 3,5%, quando comparado com o mês anterior, registando-se um crescimento de 2,9 pontos percentuais (pp) em relação ao período homólogo do ano transacto; o rácio das dívidas não pagas por empréstimos comerciais para actividades imobiliárias (ECAI) atingiu 3,5% e cresceu 1,8 pp em relação ao final de Junho de 2023. Constata-se que os dois tipos de rácios continuam a ser relativamente elevados. Segundo o sector, desde o início do ciclo de aumento das taxas de juro, a taxa de juro preferencial dos bancos aumentou, no total, 0,875%. Ou seja, um empréstimo hipotecário para aquisição de habitação no valor de vários milhões de patacas implica um aumento

mensal de milhares de patacas nos encargos de amortização, em comparação com o período anterior ao aumento dos juros. A actual recuperação económica não consegue abranger todos, nomeadamente, os desempregados que voltaram a trabalhar, os ex-promotores de jogo, etc. Muitos deles, jovens, contraíram empréstimos para comprar casa antes da epidemia, mas agora o preço das casas caiu quase 30% em comparação com o período anterior à epidemia. Com a queda do preço dos imóveis, o montante inicial pago na altura “evaporou-se” e, mais, os seus rendimentos já não correspondem ao que auferiam e a sua pressão no pagamento de prestações é enorme, assim, nos últimos anos, têm vindo a “sobreviver” com o “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital”. Mais, a situação de negócios das PME nos bairros comunitários está incerta, o que prejudica a sua capacidade de reembolso.

Assim, proponho ao Governo que prorogue, em primeiro lugar, o plano de “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital”, e depois, tendo em conta a situação real de cada caso, defina com base no “pagamento de juros” uma reduzida percentagem de capital a reembolsar, gradual e mensalmente, com vista a ajudar os residentes e as empresas a ultrapassarem as dificuldades e a estabilizar a situação geral da recuperação económica de Macau.

Obrigado!

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 14.08.2024

Criação de um ambiente desportivo em prol da promoção do conceito de saúde

Para se articular, activamente, com a estratégia nacional, o Governo formulou o “Plano de Acção para Macau Saudável” com base nas Linhas gerais do planeamento - China Saudável (2030), com referência às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e à luz da situação real de Macau.

Para melhor implementar o “Plano de Acção para Macau Saudável” e alcançar os objectivos de “Macau Saudável em 2030”, propomos:

1. Criar um ambiente desportivo para todos. Os Jogos Olímpicos de Paris 2024 chegaram ao fim, e a delegação chinesa alcançou resultados notáveis, tendo conquistado 40 medalhas de ouro, 27 medalhas de prata e 24 medalhas de bronze, o que constitui o melhor resultado numa edição dos Jogos Olímpicos no estrangeiro. É de crer que, após os seus triunfos olímpicos, como sempre, a delegação visite Macau, e tal visita não só trará energia positiva à comunidade de Macau, como também o efeito motivador e inspirador do espírito olímpico. Esta iniciativa promoverá, junto da população de Macau, a importância de um estilo de vida saudável e incentivará a população a praticar, activamente, desporto em prol do reforço da saúde física e mental. Propomos que o Governo aproveite a oportunidade da visita dessa delegação para a promoção do espírito do desporto chinês e do espírito olímpico, com a organização de um carnaval desportivo para todos, bem como o desenvolvimento da educação patriótica e de actividades para que os jovens experienciem vários desportos olímpicos, de modo a que estes desenvolvam o gosto pelo desporto e que o público experimente a diversão e os desafios do desporto, criando assim um ambiente propício aos próximos Jogos Nacionais, ao mesmo tempo que se fazem os preparativos para a avaliação da condição física da população em 2025.

2. Ajudar os alunos a criarem uma vida saudável. Segundo os resultados do último Inquérito sobre o Comportamento Saudável dos Alunos do Ensino Secundário de Macau, 90 por cento dos jovens não fazem exercício físico suficiente e não têm um estilo de vida saudável. Já o Relatório da Avaliação da Condição Física 2020 revela que a percentagem dos alunos dos ensinos primário, secundário e superior “que realizam actividade física frequentemente” não ultrapassa os 40 por cento. As escolas são locais importantes para a concretização do “Plano de Acção para Macau Saudável”, e a Lei do Desporto da República Popular da China, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2023, estipula que é dada prioridade ao desenvolvimento do desporto entre os jovens, nas escolas, e há que persistir na integração do desporto na educação, na coordenação entre o estudo cultural e a prática desportiva, bem como na atribuição de igual importância à condição física e ao processo de formação do carácter, no sentido de promover o desenvolvimento integral dos jovens. Isto demonstra a importância do desporto escolar. Assim, propomos que as escolas primárias e secundárias e as instituições de ensino superior, com base no que já foi alcançado até agora, reforcem a cooperação com os Serviços de Saúde e o Instituto do Desporto e, tendo em conta a recente revisão da “Lei de controlo do tabagismo” e da “Lei de controlo do álcool”, elaborarem melhor o planeamento educativo sobre estas matérias e

realizem mais cursos e actividades educacionais sobre a saúde, promovendo o conceito de vida saudável. Com o avanço tecnológico, as escolas podem usar a inteligência artificial ou outras tecnologias de recolha de dados para monitorizar as actividades desportivas e o estado físico dos alunos, dando-lhes recomendações personalizadas para a gestão da saúde, de modo a aumentar a participação desportiva e o nível de saúde dos mesmos. Além disso, a família também tem um papel importante neste processo. Os encarregados de educação devem, em simultâneo com as escolas, ajudar as crianças a cultivarem hábitos saudáveis de alimentação e de exercício físico, criando um ambiente favorável à prática de exercício físico e ao cultivo de uma atitude positiva perante a vida, para estas, através da alegria do exercício, aprenderem a orgulharem-se de si próprias e sentirem-se realizados, melhorando, assim, a sua saúde física e mental.

Esperamos que, com o “Plano de Acção para Macau Saudável”, todos os cidadãos tenham em mente o conceito de saúde. Vamos, então, de mãos dadas e contando com a participação de toda a população, concretizar o propósito deste Plano e transformar Macau numa cidade saudável, melhor e mais harmoniosa.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 14.08.2024

Manter o brilho dos Jogos Olímpicos e promover o desenvolvimento desportivo

Terminaram os Jogos Olímpicos de Paris e há que dar os parabéns à selecção nacional pelo primeiro lugar, juntamente com os Estados Unidos, no número de medalhas de ouro! Isto emociona e anima a população! Parabéns! Ansiamos pela vinda dos atletas medalhados até Macau, para partilharem a alegria e a experiência da vitória.

Nos Jogos Nacionais do próximo ano, Macau vai organizar quatro modalidades de competição e uma modalidade do desporto para todos, contribuindo assim para o desenvolvimento do desporto local.

Segundo um recente artigo de investigação, as cidades não são apenas entidades económicas, são também espaços para satisfazer as necessidades do Homem. O desenvolvimento de Macau como cidade saudável está em linha com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas quanto à saúde e ao bem-estar, e com a implementação das “Linhas gerais do planeamento 'China Saudável 2030’”, Macau alcançou progressos no aumento do nível da saúde da população, na optimização dos serviços de saúde, na construção de um ambiente saudável, etc.

No referido artigo, sugere-se a necessidade de articulação com as características e tendências da evolução urbana de Macau. As instalações recreativas e desportivas de Macau já cobrem as principais zonas residenciais, mas, ainda é preciso aumentar a área de espaços per capita. Para melhorar a condição física e a qualidade de vida da população, há que definir planos, para manter as actuais instalações recreativas e desportivas de grande envergadura e aproveitar os novos aterros urbanos e os planos de pormenor das diversas zonas para criar mais instalações desportivas e recreativas em toda a cidade e optimizar as instalações e os pavilhões desportivos ao ar livre. Através de um aproveitamento integrado, será possível criar mais instalações recreativas e desportivas, por exemplo, recorrer aos grandes complexos habitacionais, espaços públicos abertos e infra-estruturas para atingir uma utilização diversificada, e através de uma distribuição razoável, alargar o âmbito dos serviços e a acessibilidade aos recintos recreativos e desportivos nas diversas zonas habitacionais.

Segundo as informações disponíveis, as obras de construção do edifício desportivo e recreativo no lote A9 da Zona Leste-2 têm início no 1.º trimestre de 2025, tem um prazo de execução de cerca de 2 anos e meio, e vai ser um local de lazer e desporto importante para os residentes daquela zona. Um ambiente confortável e um espaço grande para praticar desporto permite adquirir o gosto pelo exercício físico e cultivar hábitos desportivos, contribuindo assim para a manutenção da saúde e a prevenção de doenças.

Assim sendo, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. O Governo, aquando da elaboração dos planos de pormenor das diversas zonas, deve ponderar criar espaços desportivos para diferentes idades, nomeadamente para assegurar sessões para idosos, permitindo-lhes manter a sua saúde física e mental e reduzindo, assim, a procura de cuidados de saúde.

2. O Governo deve organizar diversas actividades desportivas, para os residentes de várias idades poderem participar, integrando o desporto na vida quotidiana, e permitindo, especialmente, que as novas gerações cultivem hábitos desportivos e adquiram o gosto pela prática desportiva, de modo a explorar e formar talentos desportivos locais e desenvolver o desporto local.

3. O Governo deve organizar vários eventos desportivos para atrair turistas e espectadores, contribuindo para o desenvolvimento dos sectores locais, pois as actividades desportivas também podem trazer benefícios económicos. Mais, a construção de instalações desportivas também pode promover o desenvolvimento económico local, reforçando o desenvolvimento do desporto e transformando-o num novo estilo de vida.

4. O Governo deve construir pavilhões polidesportivos e ginásios públicos em recintos fechados, para os residentes poderem praticar desporto em qualquer altura, e disponibilizar treinadores profissionais, para assegurarem treinos e palestras sobre desporto, contribuindo para a promoção de conhecimentos correctos sobre a prática desportiva.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 14.08.2024

Abuso na adjudicação directa de obras públicas prejudica concorrência no mercado

Recentemente, os Serviços de Obras Públicas divulgaram, repentinamente, os resultados da abertura das propostas do concurso público da “Empreitada de Construção de Habitação Pública na Rua Oito do Bairro Iao Hon - Fundações e Caves”, e o Governo convidou, através de consulta, cinco empresas para apresentarem propostas com preços que variam entre os 119 milhões e os 183 milhões de patacas. Segundo a “Lei da contratação pública” vigente, é obrigatório concurso quando as obras tiverem um valor estimado igual ou superior a 15 milhões de patacas, e as aquisições de bens e serviços tiverem um valor estimado igual ou superior a 4,5 milhões de patacas. Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da referida lei, poderá ser dispensada a realização de concurso e autorizada a adjudicação por ajuste directo, quando verificada superiormente a conveniência para a RAEM.

Na breve apresentação da referida empreitada, refere-se que, atendendo ao local de execução do projecto, contíguo às edificações mais antigas da zona, o grau de dificuldade de execução da obra e as exigências técnicas mais complexas, em comparação com as obras comuns, exigem uma elevada experiência e capacidade técnica do empreiteiro em escavação de fundações, por isso foi adoptada a modalidade de consulta para implementação da presente empreitada. Esta não é a primeira vez que a empreitada é adjudicada por ajuste directo, pois, no ano passado, os Serviços de Obras Públicas adjudicaram por ajuste directo a elaboração do respectivo projecto à Companhia de *Design Hua Yi HK (Macau) Limitada* (doravante designada por “Hua Yi”). Nos termos do artigo 8.º da referida lei, quando o concurso não é obrigatório, o ajuste directo deverá, em regra e na medida do possível, ser precedido de consulta a, pelo menos, três entidades da especialidade, individuais ou colectivas, domiciliadas, sediadas ou com representação social na RAEM.

Várias obras do Governo foram adjudicadas à “Hua Yi”, incluindo a obra de construção do “Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá”, com um custo estimado em cerca de 1,4 mil milhões de patacas. Segundo as explicações do Governo, após ter examinado as experiências das empresas locais e das regiões vizinhas na construção de equipamentos de diversão, seleccionou e adjudicou, por ajuste directo, a referida obra à “Hua Yi”, porque as instalações envolviam exigências técnicas, no entanto, o Governo não citou qualquer exemplo sobre a experiência da referida empresa. Segundo as informações disponíveis, a empresa “*Hua Yi Design*” foi fundada em 1986 em Hong Kong e pertence à “*China State Construction*”.

Mais, em 2020, o Governo adjudicou, por ajuste directo, a “Empreitada de Concepção e Construção de Apartamentos para Idosos na Avenida do Nordeste”, orçada em mais de 2

mil milhões de patacas, à Companhia de Engenharia e de Construção da China (Macau), Limitada (adiante designada por “Construção da China”), e a concepção do projecto ficou a cargo da “Hua Yi”. Na altura, seis associações de construção de Macau apontaram, publicamente, o facto de a referida adjudicação por ajuste directo prejudicar o mercado, e o Governo respondeu que, “devido à urgência do projecto, era necessário adoptar medidas extraordinárias e que não havia lugar à adjudicação por ajuste directo de forma regular”. Em Junho deste ano, o Governo adjudicou por ajuste directo, mais uma vez, as “obras de decoração delicada das Residências para Idosos e organização dos serviços de gestão das propriedades” à “Construção da China”, por um valor superior a 230 milhões de patacas, e a sociedade questiona por que razão o Governo não realizou um concurso público para a prestação de serviços de remodelação e gestão. Em resposta aos órgãos de comunicação social, o IAS explicou: “a concepção e construção das obras de decoração da Residência para Idosos devem articular-se com a estrutura e o sistema electromecânico da Residência; a gestão inteligente do edifício envolve o funcionamento do sistema inteligente e do *software* da plataforma de gestão e, como a “Construção da China” domina as instalações de *software* e *hardware* do edifício, adjudicaram-lhe as obras.

É de salientar que a remodelação é uma obra e a administração predial é um serviço, e ambas não implicam técnicas especiais, mas o Governo não conseguiu dar uma justificação razoável sobre o ajuste directo de dois projectos completamente diferentes “em pacote”. Segundo muitos operadores do sector da construção civil, os projectos de obras dispõem de plantas e informações detalhadas, e a adaptação das obras de remodelação à estrutura do edifício é uma exigência básica, entretanto, no passado, o Governo também colocou muitas obras de remodelação em concurso público, portanto, não se trata de uma razão para o ajuste directo.

Nos últimos anos, o Governo tem recorrido, de forma abusiva, ao ajuste directo para as obras públicas, que não se limitam aos exemplos referidos. No caso das obras de demolição do Hotel Estoril, o Governo alegou a dificuldade e a complexidade da sua execução para convidar directamente empresas “experientes” para apresentar propostas, mas pouco mais de um mês após o início das obras já ocorreu um acidente. O Governo recorre sempre ao pretexto de “elevada dificuldade e complexidade de execução das obras” para o seu ajuste directo, o que não consegue garantir a qualidade das mesmas, prejudica a concorrência no mercado e leva a sociedade a suspeitar da existência de “troca de interesses”, afectando gravemente a credibilidade da governação. Mais, a proporção de trabalhadores não residentes contratados pelo empreiteiro em causa ultrapassou os 90 por cento! Isto mostra que a própria empresa responsável pela execução das obras do Governo também contratou muitos trabalhadores não residentes e não cumpriu o princípio da “contratação prioritária de trabalhadores locais”. Assim, exorto o Governo a ter cautela no recurso ao ajuste directo para adjudicar obras e serviços, por forma a evitar que o princípio fundamental da “governação de acordo com a lei” não passe de mero “slogan”!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 14.08.2024

Melhorar o ambiente de negócios e criar um local de excelência para os quadros qualificados de Macau

Na 3.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, realizada recentemente em Pequim, foi apreciada e aprovada a “*Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre um maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa*”, na qual se refere o apoio a Hong Kong e Macau na criação de *hubs* de talentos internacionais de destaque e o aprimorar dos mecanismos que favoreçam Hong Kong e Macau a desempenharem melhor o seu papel na abertura do país.

O cerne da aglomeração de talentos está estreitamente relacionado com a qualidade do ambiente de negócios e o desenvolvimento industrial de grande dimensão, para os quadros qualificados poderem ver que Macau tem grandes potencialidades e perspectivas infinitas, e terem confiança na exploração de negócios, no investimento e na criação de negócios, formando-se assim um “reservatório de quadros qualificados” que impulse o desenvolvimento de todas as indústrias.

Macau está constantemente a promover o “Regime de Captação de Quadros Qualificados” e a incentivar os “Quadros altamente qualificados” a abrirem empresas em Macau ou a investirem em projectos de cooperação comercial, para se criarem canais para o fortalecimento das indústrias de Macau. No entanto, tudo isto exige do Governo políticas atractivas e competitivas, para se criarem condições de desenvolvimento e um bom ambiente para o empreendedorismo. Macau deve, com a maior brevidade possível, tomar a iniciativa de atrair mais quadros qualificados para liderar as indústrias, pois em todo o mundo se “roubam quadros qualificados”, e deve ainda captar capitais, importar tecnologias e promover a concretização de mais projectos de qualidade, com vista a registar avanços nas quatro grandes indústrias, diversificando adequadamente a economia e impulsionando o desenvolvimento do mercado de emprego.

Gostaria então de apresentar as seguintes sugestões:

1. Introduzir mais fundos privados em Macau e proceder à análise regular de dados, à luz das necessidades de cada sector, incluindo a dimensão do mercado e as tendências de crescimento, a fim de avaliar o potencial de desenvolvimento dos diferentes sectores e a escala da procura de capital. Orientar os fundos privados a aumentarem o seu apoio às indústrias emergentes, à inovação e ao empreendedorismo em Macau, para estas se adaptarem às mudanças nos diferentes ambientes de mercado e às necessidades dos investidores.

2. Simplificar as formalidades administrativas. As autoridades não pararam de melhorar o processo de licenciamento e de introduzir serviços de licenciamento em regime de agência única, mas devido às formalidades, aos procedimentos administrativos e ao agendamento de escrituras pelos notários, o licenciamento demora um mês ou mais.

Vejamos o exemplo dos territórios vizinhos: na Zona de Cooperação Aprofundada são necessários cerca de três dias para se criar uma sociedade por quotas, e em Hong Kong são necessários seis a oitos dias. Proponho, então, o reforço da cooperação interserviços para reduzir o tempo de licenciamento e o tempo necessário para a criação de empresas.

3. Melhorar as medidas de apoio à captação de talentos, para estes poderem ser também instrutores, e assegurar serviços *one-stop* para a “captação de investimentos e de talentos”. O Governo deve reforçar o seu papel orientador, visando precisamente a captação dos talentos e capitais de que as indústrias necessitam, e prestando apoio total, desde a consulta sobre as políticas empresariais e as formalidades até à vinda dos talentos e ao reforço da comodidade da sua deslocação. Ao mesmo tempo, é necessário, tendo em conta as necessidades urgentes de talentos em vários domínios, definir planos e objectivos para a assunção do papel de instrutor por parte dos talentos, em prol do reforço da competitividade dos talentos locais.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 14.08.2024

Garantir o emprego dos trabalhadores locais em prol da estabilidade social e da vida da população

De acordo com os dados dos Serviços de Estatística e Censos, entre Abril e Junho de 2024, a taxa de desemprego dos residentes era de 2,3 por cento, uma queda de 0,2 por cento face ao período anterior e de 1,2 por cento face ao período homólogo do ano passado, cuja taxa de desemprego foi de 3,5 por cento. Olhando para estes dados, com a recuperação do turismo, a situação do emprego tem vindo a melhorar continuamente. No entanto, muitos residentes que querem ingressar no mercado de trabalho, devido à sua idade ou deficiência física, não conseguem encontrar emprego; e a alguns trabalhadores com postos de trabalho fixos foi-lhes pedido que tirassem, involuntariamente, licença sem vencimento, sendo que alguns até foram despedidos por diversos motivos, tendo perdido a principal fonte de rendimento, o que afecta a sua vida e a economia familiar.

Recentemente, alguns trabalhadores de uma grande empresa de venda a retalho pediram-nos ajuda. Segundo os mesmos, com a recuperação económica após a epidemia, o número de turistas está a aumentar, e o Governo Central também lançou medidas benéficas para Macau, no sentido de aumentar a quota de isenção fiscal de bens adquiridos pelos viajantes do Interior da China em Macau. Tudo isto contribui para o bom desenvolvimento do sector de venda a retalho, portanto, os mesmos têm grande esperança no futuro. No entanto, nos últimos meses, a empresa pediu-lhes para tirar licença sem vencimento, e estes trabalhadores entendem que esta prática da empresa de exigir aos trabalhadores o gozo de licença sem vencimento, apesar do grande número de trabalhadores não residentes contratados, viola o princípio de “os trabalhadores não residentes servem apenas para suprir a insuficiência temporária de recursos humanos locais”. Após a sua divulgação, a situação já foi dirimida, mas a empresa exigiu a alguns trabalhadores locais para aumentarem os seus negócios e estabeleceu critérios de venda exigentes; mas o pior é que, após a definição desses critérios, a empresa não lhes prestou assistência correspondente e transferiu-os de imediato para lojas com menos negócios e clientes, fazendo com que os mesmos não tivessem condições para atingir os critérios. Esta situação é como o que está descrito numa canção, ou seja, a vida dos trabalhadores é amarga e dura.

É de salientar que, ao longo dos anos, os trabalhadores em causa têm vindo a dedicar-se ao sector de venda a retalho, estando preocupados com a possibilidade de, no caso de terem de abandonar a profissão, não conseguirem encontrar outro posto de trabalho adequado no mercado de trabalho, o que os deixa preocupados com o seu futuro. A referida situação não só cria factores instáveis para o emprego contínuo dos trabalhadores locais, como também afecta o desenvolvimento saudável do turismo e dos sectores relacionados, bem como os princípios nucleares da política de emprego de Macau. Portanto, as autoridades devem prestar atenção ao assunto e tomar a iniciativa de acompanhar a situação. É de salientar que “o emprego é a base da vida da população”, e garantir o emprego equivale a garantir a estabilidade social. As autoridades salientaram várias vezes, em diversas ocasiões, que garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego é um princípio importante das linhas de acção governativa do Governo. Na realidade, os trabalhadores continuam a ser

uma parte relativamente fraca no mercado de trabalho. Concretizar eficazmente esse trabalho, ou seja, garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego e estabilizar o emprego, com vista a assegurar o bem-estar da população e a estabilidade social, é algo que merece uma reflexão profunda por parte das autoridades.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Segundo os dados da DSAL, até finais de Junho deste ano, o número de trabalhadores não residentes atingia os 181 108. Destes, 148 917 são trabalhadores não especializados, um aumento de 13 307 em comparação com os 135 610 registados no período homólogo do ano passado. O Governo deve continuar a avaliar a situação de contratação de trabalhadores não residentes pelas grandes empresas, especialmente no que diz respeito às funções desempenhadas por trabalhadores não especializados, isto é, quantos são os residentes de Macau que estão interessados em ingressar nas empresas e que estão aptos para o exercício de funções. Deve ainda divulgar informações concretas, incluindo os cargos e o número de trabalhadores, com vista à fiscalização conjunta, à libertação eficaz dos postos de trabalho que os residentes de Macau têm capacidade para assumir e à concretização do princípio da prioridade dos residentes no acesso ao emprego.

2. O Governo deve monitorizar de perto a evolução dos recursos humanos, nomeadamente, a proporção entre os trabalhadores locais e os não residentes, e os postos de trabalho nas grandes empresas. Há que tratar com seriedade as contratações fictícias e o despedimento de trabalhadores locais para contratar um grande número de trabalhadores não residentes. Há que reajustar, constantemente, o número de trabalhadores não residentes dessas empresas, para concretizar o princípio da “contratação de trabalhadores não residentes apenas para suprir, provisoriamente, a insuficiência de recursos humanos locais”.

3. O “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados” destina-se a apoiar os desempregados, os deficientes e os jovens à procura do primeiro emprego, proporcionando-lhes formação e subsídios. No entanto, o Regulamento entrou em vigor há mais de 20 anos e muitas disposições já não correspondem à realidade social de Macau. Face à reconversão económica, reforma e inovação dos sectores, e mudanças das necessidades de recursos humanos, alguns residentes encontram, provavelmente, maiores dificuldades na procura de emprego. Solicito ao Governo que, atendendo às mudanças do mercado, proceda, quanto antes, à revisão e alteração do referido Regulamento, para otimizar as políticas de apoio ao emprego e aumentar a eficácia dos apoios.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 14.08.2024

Lutar pela participação de Macau nos Jogos Olímpicos para promover o espírito desportivo e contar bem a história de Macau.

Os Jogos Olímpicos de Paris encerraram há dias, com êxito. Os atletas chineses lutaram arduamente e alcançaram êxitos e avanços históricos em muitas modalidades, terminaram os Jogos com um recorde extraordinário de 40 medalhas de ouro, 27 de prata e 24 de bronze, os melhores resultados de sempre em Jogos Olímpicos, demonstrando ao mundo o espírito de tenacidade e o trabalho árduo dos atletas chineses, e escrevendo um novo capítulo no desenvolvimento do desporto chinês. Gostaria de manifestar o meu respeito e de felicitar todos os atletas medalhados.

Por razões históricas, Macau não pode ser membro do Comité Olímpico Internacional e os atletas de Macau não podem participar em eventos olímpicos. A sociedade de Macau lamenta, mas os residentes continuam a ser entusiastas dos eventos olímpicos e estão extremamente preocupados com a possibilidade de Macau se qualificar para participar nos Jogos Olímpicos no futuro. Muitos residentes esperam que o Governo tome a iniciativa, nos termos da Lei Básica de Macau, de procurar activamente o apoio do Estado, para se criarem espaço e condições para a qualificação dos atletas de Macau, para estes poderem participar nos Jogos Olímpicos e lutar pela glória do Estado e de Macau.

É pena Macau não poder participar nos Jogos Olímpicos, no entanto, os atletas de Macau portadores de deficiência qualificaram-se para os Jogos Paralímpicos. Este ano, um atleta vai participar nas provas de atletismo, é um número reduzido, mas o importante é poder representar Macau. É a única participação de Macau nos Jogos Paralímpicos de Paris, o que merece a atenção do Governo e da sociedade. O Governo deve dar mais apoio e atenção aos atletas portadores de deficiência, para estes poderem representar melhor Macau e mostrando ao mundo o espírito dos atletas de Macau!

O desporto de Macau está no seu processo de desenvolvimento, e o Governo também dá muita importância ao desenvolvimento dos atletas, definindo regimes aperfeiçoados para apoiar o seu desenvolvimento. No entanto, em comparação com outras regiões, ainda há espaço para melhorias, em particular quanto ao investimento na formação de atletas e à atribuição de prémios, que devem ser melhorados, para promover melhor o desenvolvimento do desporto de Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Devido à alteração do regulamento dos Jogos Olímpicos, Macau perdeu a melhor oportunidade para apresentar a candidatura, e o pedido de adesão aos Jogos Olímpicos foi sempre adiado e suspenso, mas as gentes de Macau devem continuar a tentar e não desistir. Por sua vez, o Governo deve envidar todos os esforços para Macau poder participar nos Jogos Olímpicos e os excelentes atletas locais poderem concretizar os seus sonhos nos campos dos Jogos Olímpicos que captam a atenção de todo o mundo.

2. Tendo em conta o desenvolvimento cada vez mais profissionalizado do desporto ao nível internacional, a falta de flexibilidade do “Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite” e os diversos mecanismos estão a afastar os atletas com potencial de desenvolvimento que, porém, não têm classificação em rankings. Sugiro ao Governo que melhore quanto antes os mecanismos de participação nas competições e a formação, para os atletas locais poderem ter planos e espaço de desenvolvimento, em prol de um bom ambiente desportivo.

IAOD dos Deputados Pang Chuan e Cheung Kin Chung em 14.08.2024

Aproveitamento das políticas e medidas benéficas do Governo Central para Macau, em prol da promoção do desenvolvimento de alta qualidade do sector do turismo

Este ano, o Governo Central lançou diversas políticas e medidas benéficas para Macau, incluindo a adição de 10 cidades chinesas à lista de cidades com “vistos individuais” para visitar Macau, a implementação, na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, da política de “liberalização na primeira linha e controlo na segunda linha”, a permissão de múltiplas entradas entre Macau e Hengqin para grupos turísticos do Interior da China que reúnem os requisitos, o aumento do limite de isenção fiscal para os turistas que entram no Interior da China através de Macau, a emissão de um salvo-conduto para os residentes permanentes de Macau não chineses para entrada no Interior da China, etc. Tais políticas benéficas para Macau demonstram o carinho e a atenção do Governo Central e a superioridade do princípio “Um país, Dois sistemas”, o que contribui para promover ainda mais a prosperidade e o desenvolvimento económico de Macau.

No primeiro semestre deste ano, Macau registou uma rápida recuperação no número de visitantes, que ascenderam a mais de 16 milhões, tendo retomado já mais de 80 por cento do nível do mesmo período de 2019. Para além do crescimento significativo de visitantes do Interior da China e internacionais, a estrutura de visitantes tornou-se mais diversificada. No primeiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) de Macau ultrapassou 100 mil milhões de patacas e retomou já 87 por cento do nível do mesmo período de 2019. Graças aos efeitos da série de políticas e medidas benéficas para Macau, a economia e o turismo de Macau continuam a melhorar, o que contribuirá para promover um desenvolvimento de alta qualidade.

Como o sector do turismo é uma das principais forças motrizes do crescimento económico de Macau, devemos aproveitar a série de políticas benéficas do Governo Central para Macau, agarrando a oportunidade para melhorar e reforçar, continuamente, esse sector, de modo a obter melhores resultados no segundo semestre do ano.

1. Tendo em conta as cidades do Interior da China com “visto individual” e as principais fontes de turistas do Sudeste Asiático, o Governo deve, através de vários canais *on-line* e *off-line*, promover a imagem de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, Cidade do Património Mundial e Cidade da Gastronomia, para enriquecer ainda mais os elementos de “turismo+”, e, em conjugação com uma série de eventos importantes no segundo semestre do ano, atrair mais visitantes nacionais e estrangeiros a visitar Macau, e impulsionar o crescimento da economia de turismo.

2. Em conjugação com os excelentes recursos culturais e turísticos de Macau, Hengqin e da Grande Baía, o Governo deve reforçar ainda mais a cooperação entre Macau e a Ilha de Hengqin e a Província de Guangdong, aproveitar-se das oportunidades decorrentes da política de “excursão com múltiplas entradas entre Macau e Hengqin”, reforçar a exploração de mais produtos turísticos de qualidade, para alargar ainda mais o espaço e o

conteúdo turístico de Macau, e aumentar a atratividade dos grandes destinos turísticos da Grande Baía.

3. O Governo deve, constantemente, elevar a qualidade dos serviços, através da formação contínua; reforçar as técnicas de comunicação, a atitude de serviço e a capacidade de resposta dos trabalhadores, mostrando aos clientes honestidade e simpatia; e aproveitar a promoção da “Campanha de Cortesia de Macau - Seja nosso convidado · Sinta-se em casa”, para construir uma cidade turística acolhedora e melhorar a experiência dos visitantes. Assim, sugiro ao Governo que reforce a aplicação das tecnologias digitais no turismo de Macau, para criar uma cidade inteligente para viver, consumir e viajar, e tornar os serviços turísticos mais eficientes e convenientes.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 14.08.2024

Acelerar o desenvolvimento da indústria relacionada com a terceira idade e impulsionar a divulgação e aplicação de produtos e serviços de protecção inteligente na velhice

O agravamento contínuo do envelhecimento populacional em Macau é uma tendência inevitável, e a pressão sobre a sociedade em geral e sobre as famílias relativa à protecção na velhice não parou de aumentar. Porém, com o rápido desenvolvimento socioeconómico e das tecnologias modernas, a indústria relacionada com a terceira idade reveste-se de grande significado para lidar com o envelhecimento, melhorar a qualidade de vida dos idosos, impulsionar o desenvolvimento económico, bem como promover a inovação tecnológica a favor da protecção na velhice. O desenvolvimento da protecção inteligente na velhice é também uma medida essencial para lidar activamente com o envelhecimento populacional, e será uma opção inevitável em termos do futuro modo de protecção na velhice, uma vez que pode melhorar a capacidade de autocuidados dos idosos, reduzir o fardo dos cuidadores, melhorar a comodidade e a segurança na vida dos idosos, e satisfazer as suas necessidades diversificadas e a vários níveis.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Em Fevereiro passado, Hong Kong criou um grupo consultivo dedicado à economia prateada para analisar a tendência da proporção da população idosa, a capacidade de consumo, os modelos e os hábitos dos idosos e dos pré-idosos, bem como algumas políticas e medidas actuais favoráveis ao desenvolvimento da economia prateada, incluindo a gerontecnologia e seus produtos, serviços financeiros e digitais, subsídios de transporte, educação e protecção ao consumidor, etc. O Governo de Hong Kong está a definir orientações e objectivos para o desenvolvimento da economia prateada e as respectivas políticas e medidas, afirmando que vai apresentar, no prazo de um ano, uma proposta para o desenvolvimento daquela economia. Espera-se que o Governo da RAEM aproveite as oportunidades da Residência do Governo para Idosos e da elaboração do próximo plano decenal de acção para o desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos para estudar o desenvolvimento da economia prateada, apresentando até o respectivo plano de acção.

2. No quarto trimestre do corrente ano, o Governo vai, em cooperação com as instituições particulares de serviço social, lançar uma aplicação de telemóvel específica para monitorizar o número de passos em actividades dos idosos que participam neste plano. Numa primeira fase, este vai ser implementado através de um plano-piloto na residência para idosos, e sugere-se, ao mesmo tempo, que os serviços médicos extensivos ao exterior, especializados e de clínica geral, sejam também alargados à residência para idosos, com vista a facilitar as suas consultas médicas e prestar-lhes melhores cuidados e apoio. Propõe-se que, no futuro, a monitorização do número de passos em actividades possa ser estendida aos indivíduos que utilizam o serviço de teleassistência “Peng On Tung”, para que, em caso de ocorrência de situações anormais, possam ser alertados de imediato os seus familiares ou a pessoa indicada em caso de emergência, para

acompanhamento do tratamento do idoso, e em caso de necessidade, prestar apoio na chamada de emergência médica ou no transporte para o hospital.

3. Os idosos isolados e as famílias com duplo envelhecimento necessitam, em particular, de apoio social, pelo que sugiro ao Governo e às instituições para idosos que invistam mais recursos no reforço da formação para melhorar a capacidade profissional do pessoal dos serviços sociais, para detectar, identificar e apoiar, o mais cedo possível, os idosos isolados e as famílias com duplo envelhecimento que necessitam de apoio, e que crie mais equipas de serviços extensivos ao exterior para realizar visitas periódicas, a fim de prestar melhor atenção à saúde psicológica dos idosos. Sugiro ainda ao Governo que estude, activamente, a forma de quebrar a barreira dos dados interdepartamentais, para implementar, de forma flexível e precisa, os meios tecnológicos inteligentes para detectar mais idosos isolados, e conhecer claramente a sua situação, e que aumente e generalize, de forma específica, os serviços de saúde mental para idosos, proceda periodicamente à avaliação da sua saúde mental e preste serviços de aconselhamento psicológico, para apoiar os idosos a criarem mais-valias durante a sua velhice e elevar as suas qualidades psicológica e social.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 14.08.2024

Envelhecimento da população

Segundo o relatório dos Censos 2021, divulgado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o crescimento populacional de Macau está a abrandar e o envelhecimento continua, com 82 812 idosos com 65 anos ou mais, representando 12,1 por cento da população total, aliás, um aumento de 107,2 por cento relativamente ao ano de 2011, sendo assim premente colmatar o problema do envelhecimento populacional. O aumento da população idosa não só exercerá uma enorme pressão sobre o sistema de segurança social, nomeadamente, nos cuidados aos idosos, cuidados de saúde e regalias sociais, como também conduzirá a uma pressão sobre o mercado de trabalho e a um abrandamento do crescimento económico. Pelo que, gostaria de apresentar, hoje, algumas sugestões sobre o problema do envelhecimento. A meu ver, o Governo deve, com base nos resultados dos censos 2021 e nas Projecções da População de Macau para 2022-2041, adoptar medidas específicas e proactivas para resolver uma série de problemas relativos à iminência da sociedade superenvelhecida de Macau, em particular, há que reforçar ainda mais a protecção inteligente na velhice, o emprego para os idosos e o apoio aos prestadores de cuidados a idosos, etc.

Actualmente, muitos idosos residem nos bairros antigos, face a isto, o actual Governo da RAEM tem, por um lado, aperfeiçoado as políticas para a terceira idade e, por outro lado, introduziu nas políticas de habitação o projecto de “residência do Governo para idosos”, sendo que estas residências têm um *design* próprio e dispõem de tecnologia e instalações que servem as necessidades dos idosos que vivem sozinhos. Assim, sugiro que estas residências sejam ainda equipadas com tecnologia e equipamentos de entretenimento, assim como espaços de lazer e de aprendizagem, com vista a aumentar o prazer de vida e a autonomia pessoal dos idosos; e mais, podemos aproveitar esta oportunidade para ensinar aos idosos as novas tecnologias da vida quotidiana, e com isso aumentar a suas capacidades técnicas individuais, bem como desenvolver a protecção inteligente na velhice.

A criação da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, em 2021, permite a integração de Macau na economia da Grande Baía e oferece grandes oportunidades para o desenvolvimento diversificado das indústrias. Na minha opinião, o Governo pode tomar como referência as experiências das regiões vizinhas sobre a indústria dos serviços de assistência a idosos para melhorar o mecanismo destes serviços, introduzir os respectivos produtos e técnicas, e formar talentos, para que os aposentados com capacidade de trabalho possam recuperar a sua confiança e reintegrarem o mercado laboral, promovendo o equilíbrio diversificado dos quadros qualificados das indústrias de Macau. Mais, o Governo deve incentivar as empresas na promoção da reintegração laboral dos idosos, proporcionando-lhes horários de trabalho flexíveis, e cooperar com as instituições de ensino superior, instituições e associações na organização de cursos de formação técnico-profissional destinados aos idosos, dando-lhes, assim, oportunidades de aprendizagem ao longo da sua vida.

“Respeitar e cuidar dos idosos”, os idosos são pioneiros na construção social. Espero que o Governo acelere a revisão do “Projecto-piloto do subsídio para cuidadores”, para que mais grupos sociais fragilizados possam ser beneficiados; tendo em conta o nível de desenvolvimento económico e a inflação de Macau, reveja atempadamente, de acordo com os mecanismos existentes, o montante do subsídio para idosos e da pensão para idosos, para que estes possam ter uma vida económica mais segura; melhore o sistema de saúde pública, para que os idosos possam ter acesso atempado aos cuidados de saúde e às consultas médicas; e alargue os serviços de saúde à Residência do Governo para Idosos, promovendo o conceito de “toda a população protege os idosos”. Ao mesmo tempo, deve prestar apoio mais diversificado aos idosos e aliviar a pressão dos cuidadores, a fim de os ajudar a ter uma vida saudável na terceira idade, para que possam viver essa fase com alegria e tranquilidade.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 14.08.2024

Recorrer a vários canais para eliminar as dificuldades de negócio das empresas

Com os esforços do Governo e dos sectores sociais, este ano, registou-se uma rápida recuperação do número de turistas. Segundo os dados recentes dos Serviços de Estatística, no 2.º trimestre deste ano, houve uma ligeira queda anual de 0,2% no consumo global dos turistas (sem contar com o jogo) e uma diminuição de 14,8% do consumo per capita, mas, em comparação com o trimestre homólogo de 2019, o consumo global e o consumo per capita aumentaram em 11% e 40,5%, respectivamente, o que reflecte uma boa tendência de desenvolvimento. Contudo, como a pandemia durou três anos, as pequenas empresas, na sua maioria, ainda não conseguiram recuperar, apesar desta actual fase de retoma económica, e a recuperação assume ritmos diferentes nas zonas turísticas e nos bairros comunitários, pois o número dos turistas que visitam estes bairros não é satisfatório e, conseqüentemente, é grande a pressão de negócio para as PME que lá se encontram.

O “Grande prémio para consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana” terminou recentemente, e segundo os dados do Governo, o consumo rendeu aos comerciantes daquela zona cerca de 150 milhões de patacas, ou seja, o consumo quintuplicou, portanto, todos esperamos que o Governo reveja, quanto antes, esta actividade e planeie outras semelhantes para o 4.º trimestre, alusivas, por exemplo, ao Dia Nacional, ao Grande Prémio, ao aniversário da RAEM, ao Natal, etc., com vista a impulsionar a procura interna. Estas actividades podem ainda atrair turistas para os bairros comunitários e impulsionar o consumo em toda a cidade, pois só os residentes e turistas em conjunto é que podem dinamizar a economia comunitária. A colaboração entre o Governo e as empresas integradas de turismo e lazer conseguiu progressos significativos na revitalização das seis zonas históricas, portanto, espero que o Governo continue a promover o intercâmbio e a colaboração com estas empresas e também com as PME, promovendo actividades conjuntas, melhorando o ambiente dos bairros antigos e também as instalações complementares de trânsito, num trabalho de “mãos dadas” para otimizar o ambiente comercial dos bairros comunitários, acelerando em conjunto a recuperação económica de Macau e contribuindo para aumentar e estabilizar o emprego dos residentes.

Segundo dados recentes dos Serviços de Estatística, os principais objectivos dos turistas que visitaram Macau no segundo trimestre foram assistir a espectáculos e competições e participar em convenções e exposições, com os concertos, eventos, e exposições e convenções a conseguirem, de forma evidente, atrair um grande número de turistas e aumentar o consumo. O Governo deve continuar a incentivar o sector a organizar espectáculos artísticos e competições, a introduzir mais programas artísticos e teatrais de qualidade, e a organizar convenções e exposições de alta qualidade, para aumentar a atracção de diversos tipos de visitantes. O Governo deve ainda aproveitar a designação de “Capital Cultural da Ásia Oriental de 2025” para promover o desenvolvimento do “turismo + indústrias culturais e criativas” e do “turismo + património cultural intangível”, e, atendendo aos novos modelos de turismo dos jovens consumidores, deve promover a

(Tradução)

exploração profunda, em conjunto com todos os sectores, da vertente cultural das ruas e travessas dos bairros comunitários, para criar, com as actividades culturais, novos pontos de consumo, de maneira a promover o consumo por parte dos turistas e residentes nos bairros comunitários e revitalizar a economia comunitária.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 14.08.2024

Nos últimos anos, o Governo e os Serviços de Turismo têm-se esforçado na promoção turística, investiram muito tempo e recursos, e recorreram a diversos meios para explorar novas fontes de turistas. Com o desenvolvimento da tecnologia, recorre-se cada vez mais à *internet* para a divulgação, o *marketing* e a promoção do turismo, portanto, os Serviços de Turismo já abriram contas oficiais em várias plataformas e lançaram muitos benefícios destinados aos mercados quer do Interior da China quer internacional, para atrair mais turistas. Perante a feroz concorrência do mundo, a promoção turística de Macau também enfrenta o desafio de inovar e melhorar constantemente. Assim, para além de manter o seu encanto tradicional, Macau precisa de seguir as novas tendências do mercado e aproveitar as novas medidas de apoio lançadas pelo Governo Central para, através da promoção *online* e *offline*, elevar a imagem e a atractividade do turismo local, explorando e alargando continuamente as fontes de turistas, para abrilhantar o “cartão-de-visita dourado” de Macau como metrópole internacional.

O marketing *online* desenvolvido pelo Governo e pelos operadores turísticos consiste, essencialmente, na divulgação de informações através das redes sociais, aplicações de telemóvel, etc. Para satisfazer a crescente procura de turismo de qualidade, o Governo deve identificar os mercados alvo com mais rigor, aproveitar as aplicações do “turismo inteligente”, como a “Macau Cheio de Diversão”, que permite um planeamento inteligente da viagem, e recorrer à análise de megadados, para conhecer as preferências e os padrões de comportamento dos turistas dos diferentes mercados, e definir estratégias promocionais mais personalizadas e correspondentes às necessidades de cada um. Mais, há que apoiar os operadores turísticos a conhecerem e inteirarem-se dessas informações, pois só com uma melhor compreensão das tendências e necessidades dos diferentes mercados é que podem divulgar informações promocionais de forma mais específica, maximizando assim os efeitos do *marketing*. Quanto aos meios físicos, pode reforçar-se a cooperação com outras regiões na organização de actividades promocionais e a participação em feiras internacionais de turismo, para aumentar as oportunidades de contacto com potenciais turistas e elevar a eficácia da promoção.

Os turistas receberam muito bem os produtos criativos culturais e as iniciativas turísticas não joco, lançadas nos últimos anos pelas PME e empresas integradas de turismo e lazer. Assim, na divulgação do turismo, o Governo, de acordo com o “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau” e as necessidades do mercado, pode coordenar as empresas de turismo e lazer, o sector do turismo e as PME correspondentes para criar estratégias de promoção conjunta com características próprias e complementaridade, para elevar a qualidade e a diversidade dos produtos, e promover a melhoria do ambiente turístico e da qualidade dos serviços, impulsionando-se o desenvolvimento coordenado e cooperativo da indústria turística.

José Maria Pereira Coutinho

“PORQUE OS TRABALHADORES RESIDENTES SÃO OBRIGADOS A TIRAR FÉRIAS NÃO REMUNERADAS”

De acordo com dados oficiais, o turismo de Macau, vai de “vento em popa” tendo neste momento ultrapassado a marca dos vinte milhões de visitantes prevendo-se que até o final do ano o território venha a receber cerca de trinta e três milhões de visitantes correspondendo a uma recuperação de cerca de 80% quando comparado com os dados de 2019, ou seja, o último ano antes do início da pandemia.

Não obstante o número de visitantes terem aumentado substancialmente, contudo as receitas brutas mensais dos jogos de fortuna ou azar dos primeiros sete meses do corrente ano diminuíram cerca 23.9% quando comparados com os primeiros sete meses do ano 2019 o que significa, não obstante terem aumentado o número de visitantes, contudo as receitas do jogo diminuíram devido à diminuição da capacidade financeira e do estrangulamento do segmento VIP que está a ser desviado para outras regiões asiáticas mais atractivas.

E um dos sinais claros mais claros do enfraquecimento da capacidade financeira dos visitantes tem a ver com o facto de algumas empresas que há dezenas de anos dedicam à venda a retalho de bens de luxo e de ostentação começaram a “obrigar” os trabalhadores locais a tirar “férias não pagas” o que demonstra que os visitantes que chegam a Macau estão a gastar cada vez menos dinheiro em produtos não-jogo.

De acordo com as informações obtidas juntas de muitos lojistas locais a maioria dos grupos de visitantes que vêm ao território ver espectáculos raramente compram produtos nestas lojas preferindo trazer sua própria bebida e comida ou consumir nas lojas de “fast food” ou invés dos restaurantes tradicionais e optando por pernoitar no interior do continente. Os investimentos das concessionárias do jogo no sector não-jogo implementadas nas diversas zonas da cidade não têm obtido resultados satisfatórios quer termos de emprego parcial, lucros e impostos cobrados continuando a estar quase totalmente das receitas do Jogo para cobrir as despesas públicas.

De acordo com as dezenas de queixas dos trabalhadores que recebemos nestes últimos tempos através do nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos, os mesmos trabalham em seis grandes empresas situadas em locais distintos da cidade e empregam neste momento cerca dois mil trabalhadores. Os queixosos alegam que foram forçados a assinar uma “Declaração” contra a sua própria vontade mencionando “aceitar” que os primeiros três dias seriam “férias não pagas” e a partir do quarto dia até o décimo dia seriam férias pagas com metade do salário base. De igual modo os queixosos podiam também escolher tirar um mês de férias pagas com metade do salário base. De referir que muitos destes trabalhadores têm famílias para sustentar, todos os meses têm de pagar amortizações bancárias com elevadas taxas de juros, despesas fixas por liquidar, para além de terem de adquirir bens essenciais cada vez mais caros e a qualidade de vida das suas famílias vai deteriorando dia após dia.

As empresas são obrigadas a lidar com a constante mudança de políticas governamentais em que os processos são mais demorados e complicados sufocando a inovação e o seu crescimento principalmente as pequenas empresas que pretendam a operar dentro das três estruturas legais distintas de múltiplas jurisdições (RAEM, RAEHK e interior do continente) tornando o ambiente de negócios cada vez mais complexo e incerto afectando a sua produtividade e competitividade que a nível local, regional e internacional.

Concluo dizendo, que não basta termos dezenas de milhões de visitantes por ano ou centenas milhares de pessoas atraídas aos bairros comunitários para dizer que os resultados são bons. Será necessário que haja consumo efectivo e vendas satisfatórias e um efectivo crescimento económico.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 14.08.2024

Concretizar e fiscalizar a construção, por parte do Governo, de edifícios de habitação económica

O Edifício Iat Fai de habitação económica foi construído há apenas seis anos, mas já tem, desde o ano passado, queda de azulejos em grande escala nas paredes exteriores e no terraço, e nos corredores o chão está cheio de tijolos caídos, afectando as deslocações e a segurança dos moradores. O que merece mais atenção é que a época de tufões está a chegar, e as partes do edifício que apresentam risco de queda de azulejos estão viradas para o pódio e para a rua, portanto, em caso de chuvas intensas e tufões, é muito elevada a probabilidade de os azulejos caírem e ferirem os peões. Perante esta situação, o Governo deve proceder, quanto antes, ao respectivo rastreio e resolução, pois é melhor prevenir do que remediar.

No entanto, perante tão evidente problema de qualidade, os serviços competentes alegaram que o prazo de garantia já está expirado e que a responsabilidade da reparação recai sobre todos os proprietários, deixando-os desamparados. De facto, a qualidade das habitações económicas de Macau tem sido alvo de críticas, por exemplo, nos Edifícios Ip Heng e do Lago, que são também habitações económicas, durante as tempestades tropicais e no Inverno, as suas estruturas têm sofrido diversos tipos de desgaste e infiltrações, e, até ao momento, o problema ainda não foi totalmente resolvido, deixando os moradores bastante incomodados. Mais, na resolução e no tratamento dos problemas, o Governo não consegue desempenhar um papel activo de promoção e coordenação, sendo, então, uma das razões importantes para a ocorrência contínua dos problemas de qualidade.

A qualidade dos edifícios é um problema recorrente que, porém, não é resolvido pela raiz. Isto demonstra o problema da qualidade das obras públicas e, ainda, o desinteresse e a falha do Governo quanto ao controlo da qualidade na construção da habitação económica. A habitação é um dos assuntos mais importantes para a vida da população e, para os proprietários das habitações económicas, é um lar, tendo até de gastar todas as suas poupanças ou contrair dívidas para o comprar, mas, em troca, os mesmos recebem um pesadelo. Isto põe em causa a confiança dos residentes na aquisição de habitação económica e a credibilidade do Governo, e, ainda, prejudica a segurança da vida e dos bens dos residentes, resultando no desperdício do erário público.

Por que razão é que o Governo não pode, com determinação, identificar, em conjunto com a sociedade, as causas principais da ocorrência frequente de problemas de qualidade nas habitações económicas? Os problemas decorrentes do envelhecimento das habitações podem ser resolvidos de acordo com as normas relativas ao prazo de garantia, mas, quanto aos problemas que envolvem a qualidade de construção por parte dos empreiteiros, como os relacionados com os materiais e as técnicas de construção, o Governo deve tomar a iniciativa de assumir as suas responsabilidades, definindo planos de manutenção ou prolongando o prazo de garantia das habitações, no sentido de apoiar os cidadãos na resolução dos seus problemas habitacionais e de aumentar a sua confiança na habitação. Mais, o problema da queda de azulejos ocorre regularmente. Apesar de as autoridades e os empreiteiros terem assumido, aparentemente, as suas responsabilidades de manutenção durante o prazo de

garantia, o problema não foi eficazmente resolvido e mantém-se. Quanto a isto, as autoridades devem avaliar, novamente, os materiais e as técnicas de construção de edifícios para ver se os mesmos se adequam à construção de habitação económica e às características climáticas de Macau. Devem recorrer, activamente, a novas técnicas e materiais para as áreas com problema, de modo a resolvê-lo na origem, em vez de o remendar numa fase posterior. Mais, os serviços competentes devem controlar, com rigor, os procedimentos e a qualidade das obras, efectuando inspecções exaustivas e regulares ao interior dos edifícios e removendo os azulejos soltos, de modo a salvaguardar os direitos e interesses, bem como a segurança pessoal de todos os moradores.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 14.08.2024

Reforçar o investimento nos serviços públicos para aumentar o emprego e melhorar a vida da população

Nascer, envelhecer, adoecer e morrer são fases que todos temos de passar, e o trabalho do Governo é prestar apoio e serviços suficientes ao longo destas quatro fases. Em resposta à política nacional de saúde, o Governo e os respectivos serviços lançaram, recentemente, o “Plano de Acção para Macau Saudável”, no sentido de otimizar e planear, de forma proactiva e prospectiva, os serviços das primeiras três fases: “nascer, envelhecer e adoecer”. No entanto, talvez devido ao pensamento tradicional da comunidade chinesa sobre o tabu da morte, os serviços paliativos na fase final da vida nunca foram alvo de atenção e discussão suficientes, por isso, ainda se encontram numa fase inicial, desde o retorno de Macau até hoje.

Os serviços paliativos em Macau destinam-se, para além dos doentes oncológicos, aos demais doentes em fase terminal devido à falência de órgãos. Para além de minimizar o sofrimento dos pacientes, estes serviços têm também como objectivo prestar apoio psicológico e emocional aos pacientes e às suas famílias, para os pacientes poderem passar a fase final da sua vida com naturalidade, dignidade e conforto.

Fazendo uma retrospectiva dos dados dos últimos anos, a média anual de mortes mantém-se em cerca de 3000, cerca de um terço devido a doenças do foro oncológico, ou seja, cerca de mil por ano. Verifica-se um aumento exponencial em comparação com o número de mortes e de mortes devido a doenças do foro oncológico de há 10 anos.

No entanto, o Centro Hong Neng, criado em 2000, só dispõe de 35 camas para cuidados paliativos, e o Hospital de Reabilitação de Ká-Hó, criado em 2019, de apenas 25. Por outras palavras, todos os anos, há centenas de doentes em lista de espera que não têm acesso a cuidados paliativos. Pelos vistos, desde o Retorno à Pátria, o desenvolvimento destes serviços tem sido lento e a oferta é francamente escassa.

Depois da pandemia, as receitas financeiras reduziram e os orçamentos dos serviços públicos ficaram mais apertados, limitando o desenvolvimento dos serviços a prestar ao público. Contudo, tenho de realçar que a prestação de bons serviços é a razão ou até a única razão pela qual qualquer sociedade necessita de um governo. Os serviços relacionados com o “nascimento, envelhecimento, doença e morte” não são exigências luxuosas, são antes os serviços básicos de que os cidadãos mais precisam.

Os recursos que o Governo canaliza para os serviços sociais e públicos não consubstanciam um mero “pagamento”, antes pelo contrário, são investimentos bidireccionais para a melhoria do bem-estar da população e para o aumento da eficiência social que dificilmente podem ser quantificados via PIB, tal como os investimentos na educação. Os investimentos nos serviços públicos conseguem, de forma imediata e estável, aumentar os postos de trabalho, as opções de carreira para os jovens e as garantias sociais,

portanto, são uma medida polivalente.

Depois do retorno à Pátria, a nossa economia alcançou êxitos notáveis, e os diversos serviços públicos desenvolveram-se rapidamente. Entretanto, no actual contexto da reestruturação económica pós-pandemia, o aumento do investimento nos serviços sociais é, sem dúvida, um dos meios importantes para estabilizar a sociedade e promover a diversificação do desenvolvimento económico. Assim sendo, solicito ao Governo que aproveite melhor os terrenos não planeados para a construção de instalações destinadas à prestação de serviços públicos, como lares de reabilitação e lares de idosos, cuja procura tem sido maior do que a oferta. Deve ainda, através do aumento dos subsídios, colaborar com organizações locais ou instituições profissionais do exterior, para desenvolver os diversos serviços sociais, a fim de satisfazer as necessidades básicas da sociedade.

Por fim, solicito também aos serviços competentes que colaborem ou concedam apoio financeiro às organizações profissionais ou instituições académicas para estudos sobre o “desenvolvimento dos cuidados paliativos” e o “testamento vital”, no sentido de obter dados científicos para servirem de base às políticas a integrar no “Plano de Acção para Macau Saudável”.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 14.08.2024

Dar atenção à questão da obtenção de créditos de desenvolvimento profissional contínuo (CPD) por parte dos mestres idosos de medicina tradicional chinesa

Nos termos do artigo 2.º (âmbito de aplicação) da Lei n.º 18/2020, *Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde*, que entrou em vigor em 1 de Outubro de 2021, a mesma regulamenta apenas 15 tipos de profissionais de saúde, enquanto os mestres de medicina tradicional chinesa, odontologistas, terapeutas desportivos, massagistas e acupuncturistas são regulados por outro diploma muito antigo, isto é, o Decreto-Lei n.º 84/90/M.

De acordo com o n.º 7 do artigo 28.º da referida Lei, a renovação das licenças dos 15 tipos de profissionais de saúde está “condicionada ao cumprimento das normas sobre a participação em actividades de desenvolvimento profissional contínuo”, e o n.º 2 do mesmo artigo dispõe, expressamente, que os créditos de desenvolvimento profissional contínuo (CPD) têm uma periodicidade de três anos. Mas os mestres de medicina tradicional chinesa e os odontologistas, etc., que também prestam diligentemente serviços médicos aos residentes, têm de se preocupar com a renovação das suas licenças todos os anos, pois, independentemente do número de pacientes por si tratados num ano, se não conseguirem obter 25 créditos em 52 semanas, as licenças são cassadas pelos serviços competentes, o que lhes retira a única aptidão para ganhar a vida, podendo até levar os seus amigos, familiares e vizinhos a duvidar que tenham cometido graves erros ao exercer a sua profissão!

O artigo 51.º da mesma Lei prevê que a sanção de cassação da licença é aplicável apenas nas seguintes três situações: quando esteja em causa crime punível com pena de prisão superior a três anos, quando se verifiquem factos que revelem incompetência profissional notória que constitua perigo para a saúde dos utentes ou da comunidade ou, ainda, quando ocorra violação ou participação na violação de direitos de personalidade dos utentes. Mas o que é surpreendente e inacreditável é que, se o mestre de medicina tradicional chinesa não conseguir obter os 25 créditos anuais exigidos, é-lhe cassada a licença para o exercício da profissão, com uma gravidade equivalente aos referidos três tipos de crimes graves. Será que a Lei em causa corresponde aos critérios de uma sociedade civilizada?

Recentemente, tomei conhecimento de que um mestre de medicina tradicional chinesa, com quase 90 anos de idade, pediu ajuda a um Deputado, porque não sabe como obter os créditos através da *internet*, nem quando estão disponíveis os cursos adequados para ele. Ora, só a deslocação a pé ao quinto andar do alojamento dos trabalhadores de emergência de saúde pública do Hospital Conde de São Januário para ter aulas já lhe esgotou toda a energia, e o que o deixou desamparado e preocupado foi o cancelamento da sua licença de exercício da profissão, que obteve há mais de meio século, por não ter participado num número suficiente de palestras. Então, pergunto a todos: não é verdade que, quanto mais velhos são os mestres de medicina tradicional chinesa, mais rica é a sua experiência clínica e maiores a confiança e o reconhecimento que a população lhes dá?

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. A Administração deve mostrar mais carinho pelos mestres veteranos de medicina tradicional chinesa e tomar a iniciativa de prestar atenção às dificuldades enfrentadas por eles, procedendo à revisão dos diplomas legais e dispensando os que têm 65 anos ou mais da apresentação dos 25 créditos de CPD necessários para a renovação anual das licenças.

2. Para os mestres de medicina tradicional chinesa com menos de 65 anos, a Administração deve tomar a iniciativa de organizar cursos e palestras suficientes para fazerem face à renovação anual das licenças.

3. Todos os cursos e palestras devem ser comunicados oportunamente a todos os mestres de medicina tradicional chinesa, através de mensagem e por correio postal, devendo os mesmos ser realizados fora do horário de trabalho.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 14.08.2024

Famílias com menos problemas, sociedade com menos problemas -- uma reflexão sobre o reforço da saúde mental dos alunos no próximo ano lectivo

A juventude é o futuro do país e a esperança da nação, e o desenvolvimento físico e psicológico dos alunos deve ser visto através de uma perspectiva mais abrangente. Para elevar a saúde mental dos estudantes a nível nacional, em Maio de 2023, o Ministério da Educação e outros 17 departamentos publicaram, em conjunto, o "Programa Específico de Acção para o Reforço e Melhoramento dos Trabalhos de Saúde Mental dos Alunos na Nova Era (2023-2025)". Há uma metáfora interessante na sociedade que diz que este plano é tão importante como os *chips* electrónicos e a inteligência artificial. Mas acho que talvez seja mais importante, porque toda a criação depende das pessoas, e o ser humano é decisivo para todas as coisas.

O Programa de Saúde Mental dos Estudantes da Nova Era tem quatro princípios básicos, nomeadamente, o desenvolvimento integral, a saúde em primeiro lugar, o aumento de capacidades, e a governação sistemática. As principais medidas sugeridas consistem na promoção da saúde mental, no reforço da educação para a saúde mental, e numa série de outras medidas de apoio. A gestão sistemática e a criação de um ambiente saudável são primordiais.

Assim sendo, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Aprender com as experiências do Interior da China para se aperfeiçoar o mecanismo de trabalho para a saúde mental dos alunos de acordo com a situação e as condições locais da RAEM, que deve ser orientado para o seu reforço e melhoramento, e com acções instrumentais? específicas.

O Governo tem sempre atribuído grande importância ao desenvolvimento dos jovens, tendo desenvolvido um grande volume de trabalho para salvaguardar a saúde psicológica dos alunos, tendo conseguido resultados eficazes nesse âmbito. No entanto, nos últimos anos, a sociedade tem-se modificado rapidamente, e muitas vezes, depois das férias prolongadas, os alunos apresentam diferentes condições de saúde física e mental. Por isso, é necessário continuar a aperfeiçoar as respectivas políticas e medidas, reforçar o trabalho das equipas profissionais nessa área, elevar a qualidade dos serviços, incentivar a cooperação entre as escolas, as famílias e as associações sociais. Mais, deve-se reforçar não só a formação dos encarregados de educação e dos docentes sobre métodos e técnicas para a saúde psicológica, mas também a sobre a saúde psicológica dos alunos.

2. Os pais são os principais responsáveis pela protecção dos alunos, e a saúde física e mental dos filhos depende daqueles. As medidas de saúde mental dos alunos devem ser estendidas às famílias, para apoiar os pais no reforço da saúde mental dos alunos.

“Toda a gente espera que os seus filhos sejam inteligentes”, mas se os pais não souberem cuidar correctamente dos filhos, isso pode ser contraproducente, tal pode causar pressão

física e mental mútuas e até levar a ofensas. De facto, o ambiente social e as relações interpessoais são cada vez mais complexas, por isso, salvaguardar a saúde mental dos filhos também constitui uma dificuldade para os pais. Se as pessoas sentirem dificuldades em educar os filhos, tal pode reduzir a vontade de ter filhos, pois são problemas interligados. De um modo geral, trata-se de um problema familiar.

Há que apoiar especialmente as famílias em situação vulnerável, em combinação com a educação familiar, definir planos de apoio familiar para a saúde mental dos alunos, ajudar os pais a dominarem a psicologia juvenil e infantil, para que eles sejam guardiões bem-sucedidos da saúde mental dos filhos. Isto deve ser um trabalho prioritário.

O escritor russo, Leo Tolstoy, disse, “famílias felizes são parecidas, cada família infeliz é-o à sua maneira”. Penso de uma forma mais directa: quanto menos problemas familiares, muito menos problemas sociais! As férias de Verão estão quase no fim e o novo ano lectivo está a chegar, por isso, vamos trabalhar em conjunto com os pais para identificar e resolver os problemas.